

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2008

ÍNDICE

Relatório de Sustentabilidade 2008

Mensagem do Conselho de Administração	1
1. Visão e Estratégia	3
2. Apresentação e Perfil da APA	7
2.1. Organização	8
2.2. Evolução Histórica	8
2.3. Competências e serviços prestados	9
2.4. Área de jurisdição	11
2.5. Estrutura operacional	11
2.5.1. <i>Hinterland</i> e proximidade de regiões espanholas	11
2.5.2. <i>Foreland</i>	12
2.5.3. Zonas Portuárias	13
2.5.4. Acesso Terrestre	15
2.5.5. Acesso Marítimo	15
2.6. Localização	16
2.7. Dimensão	16
3. Parâmetros para o Relatório	18
3.1. Perfil do Relatório	19
3.2. Âmbito do Relatório	19
4. Governação, compromissos e envolvimento	20
4.1. Governação	21
4.1.1. Estrutura de Governação	21
4.1.2. Envolvimento das partes interessadas	23
4.1.2.1. Clientes	23
4.1.2.2. Fornecedores	24
4.1.2.3. Concessionários	25
4.1.2.4. Administração Central e Local	25
4.1.2.5. Comunidades Locais	25
4.1.2.6. Instituições Académicas	26
4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária	26
4.1.2.8. Colaboradores	26
4.1.2.9. Mapa da Estratégia da Qualidade	27
5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho	28
5.1. Indicadores de Desempenho Económicos	29
5.1.1. Desempenho Económico-Financeiro	29

5.1.2. Análise ao Investimento	31
5.1.3. Análise de tráfego e mercado	33
5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental	34
5.2.1. Gestão Ambiental	32
5.2.2. Desempenho Ambiental	34
5.2.2.1. Energia	34
5.2.2.2. Água	35
5.2.2.3. Biodiversidade	36
5.2.2.4. Emissões atmosféricas	38
5.2.2.5. Águas residuais	39
5.2.2.6. Resíduos	40
5.2.2.7. Risco de derrame	42
5.2.2.8. Conformidade	43
5.2.2.9 Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental	43
5.3. Indicadores de Desempenho Social	44
5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	44
5.3.1.1. Emprego	44
5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo	44
5.3.1.1.2. Escalões Etários	44
5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração	45
5.3.1.2.1. Regime laboral	45
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho	45
5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho	45
5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo	47
5.3.1.3.3. Formação e Educação	48
5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades	49
5.3.2.1. Por categoria funcional	49
5.3.2.2. Por faixa etária	50
5.3.2.3. Rácio de salário entre homens e mulheres	50
5.3.3. Direitos Humanos	51
5.3.3.1. Não-Discriminação	51
5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva	51
5.3.3.3. Trabalho Infantil	51
5.4. Segurança	52
5.4.1. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code	52
5.4.2. Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro	52
5.4.3. Plano de Emergência	52
6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade	55
7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores	64
7.1. Glossário	65
7.2. Critérios de cálculo	66
7.2.1. Indicadores Económicos	66
7.2.2. Indicadores Ambientais	66

Mensagem do Conselho de Administração

O respeito pelos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável norteia hoje todas as políticas, projectos e acções empreendidas pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA).

A sustentabilidade da nossa actuação empresarial permite obter os resultados de hoje sem comprometer os de amanhã, cumprindo o princípio da solidariedade entre gerações e o respeito pelo meio ambiente.

É pois com imensa satisfação que a APA apresenta o seu segundo Relatório de Sustentabilidade, prosseguindo, desta forma, com os objectivos delimitados nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário, no âmbito das quais assume como uma das acções prioritárias, a publicação anual, de um Relatório de Sustentabilidade que, *“tratando a dimensão ambiental, incida, também, nas dimensões social e económica, todas elas articuladas com o sistema da própria empresa e a respectiva tomada de decisão.”*

O presente relatório, pretende transmitir os princípios e compromissos adoptados pela empresa em termos de sustentabilidade do desenvolvimento do seu negócio, o modo de assegurar a sua concretização e, ainda, a medição do seu grau de cumprimento.

Para a concretização deste objectivo importa dar a conhecer a visão e estratégia da empresa (capítulo 1); apresentar o seu perfil organizacional (capítulo 2); expor os parâmetros do relatório (capítulo 3); mostrar a estrutura de governação e o envolvimento das partes interessadas (Capítulo 4); dar a conhecer e equacionar os principais impactes, riscos e oportunidades da nossa actividade, seja no domínio económico-financeiro, como nos domínios ambiental, social e de segurança (capítulo 5).

O Conselho de Administração da APA, agradece a todos os que, com o seu empenho, contribuíram para que o ano de 2008 tenha sido mais um ano de crescimento e sucesso deste porto.

O Conselho de Administração



José Luís de Azevedo Cacho
(Presidente)



Rui António Monteiro Gomes de Paiva
(Vogal)



Luís Manuel Dionísio Marques
(Vogal)

1. Visão e Estratégia

O Porto de Aveiro tem como missão *“facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico da sua região.”*

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas suas características endógenas, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar, os seus pontos fracos.

A Visão é consubstanciada no seguinte desiderato: *“O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial”*.

Para a prossecução desta Visão foram definidos três objectivos estratégicos:

- 1.º - Alargar e potenciar o *hinterland*;
- 2.º - Realizar o potencial de capacidade em reserva e
- 3.º - Melhorar a oferta de serviços portuários.

Com os dois primeiros objectivos, pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência de pressão urbanística e
- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com o terceiro objectivo pretende-se:

- Minimizar os obstáculos ao desenvolvimento do porto, decorrentes das limitações do seu acesso marítimo e
- Superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

A concretização dos referidos Objectivos Estratégicos pressupõe seis Linhas Estratégicas de Desenvolvimento que se baseiam na Melhoria dos Acessos, no Ordenamento Territorial, na Passagem para o modelo *Landlord port*, na Melhoria do Enquadramento Organizacional e Regulamentar, na Promoção da Actuação Comercial e no Envolvimento da Comunidade Portuária.

A linha Melhoria dos Acessos, é de grande relevância, já que o seu desenvolvimento impacta directamente nos 3 objectivos estratégicos definidos. É necessário garantir o acesso a embarcações

de maior porte, melhores condições de segurança da navegação e poder alargar o *hinterland*, captar novas mercadorias (como carga contentorizada) e aumentar em termos gerais a competitividade e eficiência do porto de Aveiro.

A linha estratégica Ordenamento Territorial tem impacto, principalmente, no objectivo estratégico “realizar o potencial de capacidade em reserva”.

A evolução de um modelo *toolport* para um modelo de *landlord port* constitui um aspecto fundamental do Plano Estratégico, já que permitirá à APA não apenas melhorar a oferta de serviços e reduzir o seu esforço financeiro, como também permitirá centrar-se nos aspectos estratégicos do porto, e realizar acções comerciais de forma pró activa. Esta linha tem dois grandes eixos de actuação, a saber:

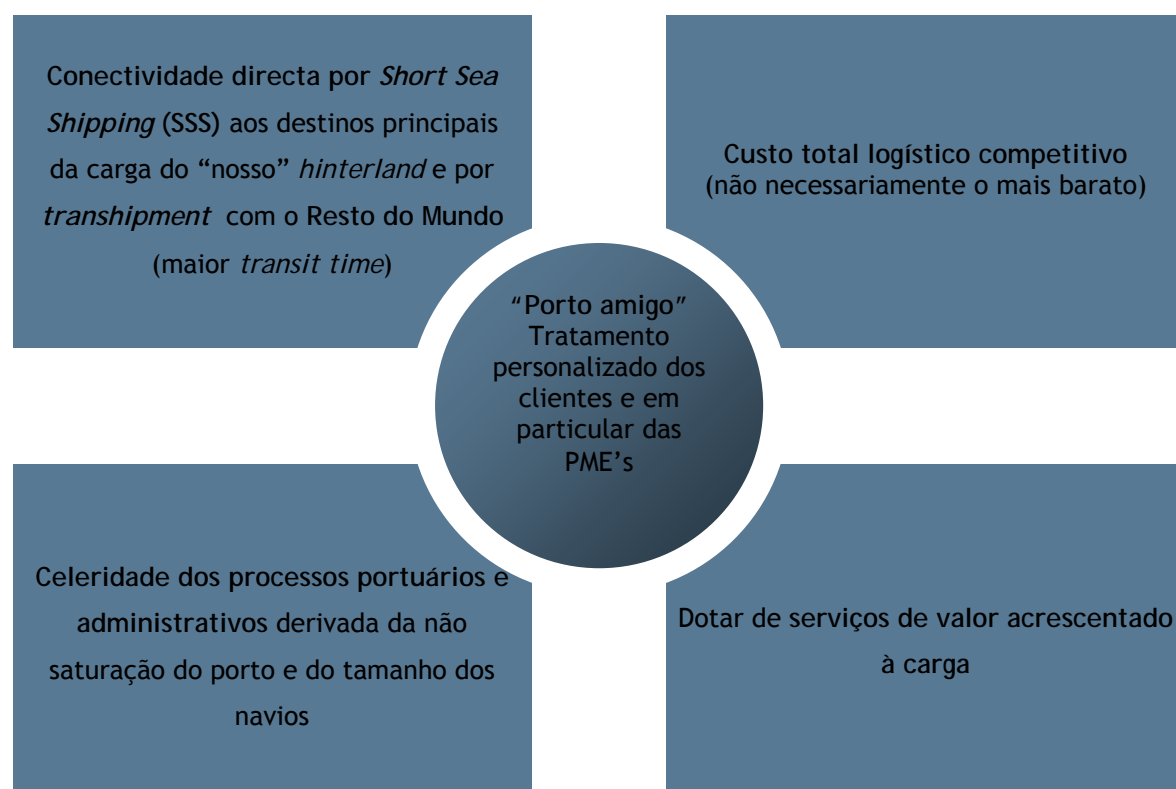
- Realizar um processo de concessão das distintas operações portuárias (em curso);
- Desenhar um modelo organizacional de acordo com o modelo de *landlord port* e sugerir um estudo organizacional profundo que toque não apenas temas operativos, mas também avalie competências, desempenho e a necessidade de contar com áreas focadas no desenvolvimento de negócio, comercialização, planeamento e gestão contínua da estratégia, administração de concessões, entre outras.

A linha Melhoria do Enquadramento Organizacional e Regulamentar apresenta uma série de projectos muito concretos que têm como fim incidir directamente na consecução do objectivo “melhorar a oferta de serviços portuários”. Os projectos aqui incluídos serão cruciais para reforçar a qualidade dos serviços portuários do porto de Aveiro.

A linha Promoção da Actuação Comercial, tem um papel muito importante na execução dos objectivos estratégicos e dela dependerá a atracção de novos tráfegos, com especial relevância num contexto de captação de carga contentorizada. Para a efectividade desta linha é necessário um estudo organizacional profundo no qual se reforce a estrutura comercial de desenvolvimento de negócio e de informação de mercado do porto.

A linha Envolvimento da Comunidade Portuária (CP) pressupõe levar a cabo uma série de reformas não só nos seus estatutos, mas também nos mecanismos de coordenação (fóruns de CP) e de liderança. Simultaneamente, é necessário estabelecer uma só visão para toda a comunidade portuária, assim como implementar e alinhar a estratégia da CP com a da APA. Finalmente, é importante a existência de projectos focados na integração porto - cidade (leia-se, envolvente urbana/social).

Neste contexto estratégico, a proposta de valor do porto de Aveiro é:



2. Apresentação e Perfil Organizacional

2.1. Organização

A APA é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do porto de Aveiro.

Esta Administração Portuária é gerida por um Conselho de Administração, composto por um Presidente e dois Vogais, cujas competências se encontram definidas nos estatutos publicados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

2.2. Evolução Histórica

A génese do Porto de Aveiro está ligada à história da Ria e à obra de fixação e abertura da Barra de Aveiro. Aveiro presenciou desde meados do século XVIII sucessivas intervenções políticas, económicas e técnicas em prol da abertura da ligação do Mar à Ria de Aveiro. A história conta que desde 1757 foram inúmeros os estudos técnicos para a fixação da sua localização.

A 3 de Abril de 1808, cabe aos Engenheiros Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho a concepção do primeiro grande estudo para a abertura da obra da barra. É marcada a abertura da barra de Aveiro, constituindo este o primeiro marco para o desenvolvimento deste porto. Desde então, Aveiro cria a sua identidade, única a nível nacional, prospera com a abertura do porto ao comércio internacional, com um sector de pesca (costeira e longínqua) dos mais importantes ao nível nacional, atraindo indústrias e restituindo crescimento e riqueza à região.

Depois da fixação da barra, até meados do século XX, ampliaram-se molhes e construíram-se diques. É do engenheiro Von Hafe a autoria daquele que pode ser considerado um dos primeiros planos para o Porto de Aveiro: projecção de um porto de pesca e um porto comercial junto ao Canal de S. Roque, na cidade de Aveiro. Em meados do séc. XX é criada a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) e é orientado pelo engenheiro Coutinho de Lima o “Esquema Geral do Porto Interior de Aveiro” e os planos de arranjo e exploração dos portos de Pesca do Largo (porto bacalhoeiro), do Porto de Pesca Costeira e do Porto Comercial.

Em 1974, o “Plano Director de Desenvolvimento e Valorização do Porto e Ria de Aveiro”, já com a JARBA transformada em JAPA (Junta Autónoma do Porto de Aveiro) aponta no sentido duma deslocação dos terminais portuários para zona próxima da entrada da Barra, onde hoje se situa a mais importante estrutura comercial do porto.

O ano de 1998 constitui um novo marco na história do Porto, com a conversão da JAPA em APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., sendo-lhe assim reconhecido o estatuto de porto de âmbito nacional. Com as novas competências que lhe foram atribuídas no desenvolvimento do porto e a maior autonomia, a Administração do Porto de Aveiro procedeu à revisão do “Plano de

Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro”, incluindo a ligação ferroviária do Porto de Aveiro à linha do Norte e a conclusão e melhorias das suas infra-estruturas.

Em 2005, já com a área de jurisdição reduzida apenas ao espaço com interesse portuário (diploma de 2002), a Administração elaborou e aprovou o “Plano Estratégico do Porto de Aveiro”, disponível em www.portodeaveiro.pt e que sustentará a gestão e futuro do porto até 2015.

A APA, é hoje uma empresa empenhada em cumprir a sua missão perante a sociedade e em garantir o futuro sustentável do porto, não deixando de valorizar o seu bicentenário histórico. É neste contexto, que o Porto de Aveiro assume como missão *facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim, o desenvolvimento económico da sua região.*

De uma forma inovadora e dinâmica, a APA assume assim um compromisso público perante a sociedade civil e comunidade portuária, evocando cinco valores fundamentais de actuação:

- Satisfação do Cliente: Orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos clientes;
- Rentabilização económica: Rentabilização do porto, obtenção dos benefícios para os agentes e actores portuários e geração de riqueza para a economia regional;
- Respeito pelo Ambiente: Subordinação da actividade aos valores e condicionalismos ambientais e aos princípios de desenvolvimento sustentável;
- Garantia de segurança: Garantias de segurança e prevenção dos riscos ambientais;
- Conformidade social e institucional: Observância dos princípios e políticas nacionais e europeias e compromisso com as normas de natureza ética e de responsabilidade social.

2.3. Competências e serviços prestados

Enquanto administração portuária, a APA assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

No âmbito das aludidas atribuições, a APA tem competências para:

- Atribuição de usos privativos e definição do respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;

- Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- Protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização;
- Definir das condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial;
- Definir o assinalamento marítimo, precedido de parecer técnico em matéria de assinalamento, de hidrografia e das competências da autoridade marítima nacional, a submeter pelos órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, bem como a instalação, manutenção e funcionamento do mesmo;
- Preparação e emissão de avisos à navegação, sempre que se mostre necessário dar conhecimento público de limitações de condições de segurança existentes ou da sua eliminação;
- Elaborar normas especiais sobre o acesso, a entrada, a permanência e a saída de navios do porto, em matéria de segurança marítima e portuária, no respeito do disposto na regra n.º 1, alínea b, do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no mar - 1972, aprovado para ratificação pelo Decreto n.º 55/78, de 27 de Junho, e de acordo com o respectivo Regulamento de Exploração Portuária;
- Certificação da Segurança Marítima e Portuária dos navios e embarcações, quando aplicável sem prejuízo das competências próprias do Instituto Marítimo-Portuário;
- Promoção da interacção dos centros de telecomunicações com a área de segurança portuária, planos de segurança, de contingência e de emergência, designadamente através do centro de controlo de tráfego portuário, quando exista, e da intercomunicabilidade com a entidade responsável pelo Sistema Nacional para a busca e Salvamento Marítimo;
- Estabelecer as condições de navegabilidade nas águas sob sua jurisdição, garantindo, nomeadamente a manutenção de fundos nas vias navegáveis, nos canais de acesso e zonas de manobra, junto aos cais e terminais, bem como nas áreas de fundeadouros;
- Definir o uso dos meios e das condições de prestação dos serviços de assistência à manobra de navios;
- Fixar os fundeadouros ou os seus limites e definir a sua utilização;
- Estabelecer os condicionalismos de atracação e de largada de navios em função das exigências de segurança e dos requisitos de interesse comercial;
- Promover o cumprimento dos condicionamentos de natureza administrativa ou judicial;
- Fixar as regras de manuseamento, armazenagem e transporte de cargas perigosas e fiscalizar o cumprimento das normas em vigor sobre esta matéria;
- Prevenir e combater a poluição, salvo a matéria relativa a contra-ordenações;
- Participar nas acções referentes à preservação e à protecção do património subaquático e estabelecer com as entidades competentes as condições de intervenção;
- Promover as diligências necessárias à remoção dos cascos ou destroços das embarcações afundadas ou encalhadas e de outros materiais submersos na sua área de jurisdição.

2.4. Área de jurisdição

A Área de jurisdição da APA integra:

- A faixa da costa, dentro do limite da largura máxima legal do domínio público marítimo, compreendida entre o paralelo + 108 000 (cerca de 80 metros a sul do Molhe Sul) e 50 metros a norte do Molhe Norte;
- Os terraplenos afectos à exploração e de expansão do porto de Aveiro, que incluem o Terminal Sul, o Terminal Norte, o Terminal de Granéis Líquidos, o Porto de Pesca Costeira e o Porto de Pesca do Largo;
- Os canais de navegação adjacentes aos terraplenos de exploração e expansão (e respectivas margens dentro do Domínio Público Marítimo):
 - No canal de Mira - situados a norte da ponte da Barra;
 - No canal de S. Jacinto - situados a sul do cais da Pedra;
 - No canal de Ílhavo - situados a norte da ponte da EN 109-7;
 - No canal principal de navegação, no concelho de Aveiro - a poente do vértice nascente da marinha Moleira;
 - Na cale do Espinheiro - situados a sul de uma linha que une o vértice sul da marinha Garras e o vértice norte da marinha Cancela do Mar ou Cancela do Sudoeste.



2.5. Estrutura operacional

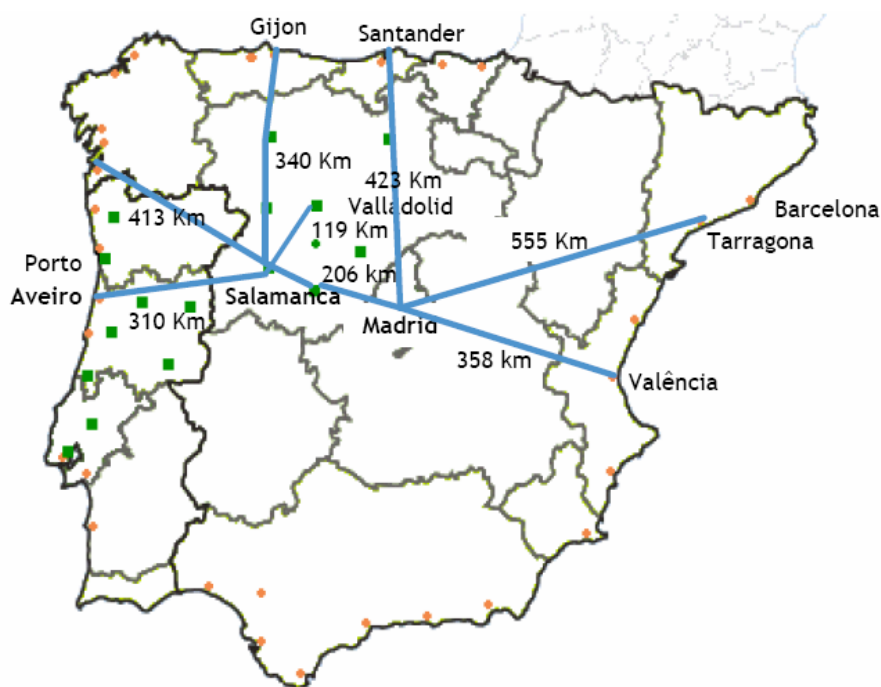
O porto de Aveiro é considerado a maior infra-estrutura de movimentação de carga geral convencional do Norte de Portugal, dado que a partir de Aveiro é possível ligação a múltiplos destinos e mercados.

2.5.1. *Hinterland* e proximidade de regiões espanholas

Concretamente, o porto de Aveiro é a infra-estrutura portuária geograficamente mais próxima da cidade de Salamanca (310 km por estrada), possuindo, assim, uma situação privilegiada

relativamente a esta cidade, bem como à zona oeste da província espanhola de Castela-Leão, onde concorre directamente com os portos da costa norte da Península, Gijón e Santander, que estão a uma distância de Salamanca superior a 340 km e 370 km, respectivamente.

Em relação a Madrid, os portos mais próximos são os do Levante valenciano, ficando o porto de Aveiro quase 1,5 vezes mais distante que o de Valência (516 km vs 358 km), o que se traduz numa situação menos privilegiada para a captação de tráfegos destinados a esse mercado.

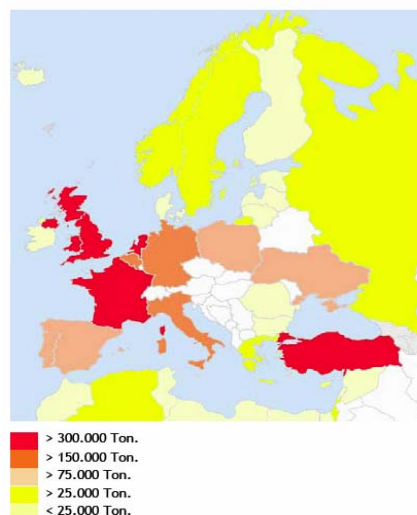


Com um tráfego anual de cerca de 3,3 milhões de toneladas, Aveiro é um porto multi-funcional, desempenhando um papel primordial no serviço dos diversos sectores da indústria do seu actual *hinterland*, tais como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, agro-alimentar e construção.

2.5.2. Foreland

As mercadorias movimentadas no porto de Aveiro têm origem/destino na sua quase totalidade nos países mediterrânicos e do norte da Europa, o que configura o porto de Aveiro como um *short sea port* (porto de curta distância).

O *foreland* do porto de Aveiro inclui todos os países do norte da Europa e todos os países do mar Mediterrâneo e mar Negro, com excepção da ex-Jugoslávia e do Cáucaso. Assim, 50% do tráfego (1,6 milhões de toneladas em 2004) é efectuado com a Holanda, França, Reino Unido e Turquia, apresentando-se também a Itália, Alemanha,



Bélgica, Polónia e Ucrânia com volumes de tráfego significativos.

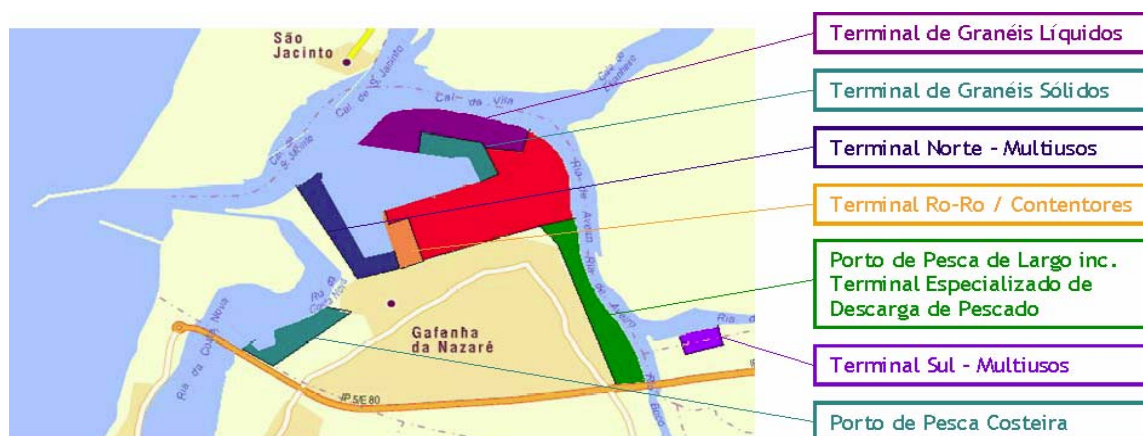
É ainda de registar o volume de tráfego efectuado com outros portos de Portugal e Espanha, superior a 200.000 toneladas por ano, e as quase 100.000 toneladas movimentadas com os países da costa atlântica do continente americano (EUA, Canadá, Venezuela e outros), o que indicia a existência de mercado potencial para o porto de Aveiro desenvolver o tráfego de média distância.

2.5.3. Zonas Portuárias

Como já referido o Porto de Aveiro, encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e a melhoria na prestação de serviços aos seus clientes até 2015.

O porto de Aveiro dispõe de:

- 5 Terminais adequados para movimentar todo o tipo de mercadorias;
- 2 Terminais especializados para a pesca;
- Uma das maiores capacidades de acostagem para terminais multiusos dos portos nacionais;
- Uma grande superfície de terrapleno;
- Uma área de 130 ha servida com óptimos acessos terrestres (auto-estrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais e
- Uma plataforma Logística Portuária.



• Terminal Norte - Multiusos

Dispõe de um cais acostável de 900 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e 356 000 m² de terraplenos. A área de armazenagem a coberto é constituída por oito armazéns. Este terminal encontra-se vocacionado para a movimentação de carga geral e granéis sólidos. É actualmente utilizado para a movimentação de produtos agro-alimentares, produtos metalúrgicos, argilas, cimentos e madeira, entre outros. Dispõe ainda, de um cais de serviços, com 250 m, destinado a oferecer condições adequadas à organização dos meios logísticos.

• Terminal de Granéis Líquidos

Terminal especializado, destina-se exclusivamente ao tráfego de graneis líquidos, é constituído por seis pontes-cais, três dos postos de acostagem com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e os restantes três à cota -8 m (Z.H.). Dispõe de uma área de cerca de 466 000 m². As instalações desta zona portuária encontram-se a ser exploradas por diversas entidades privadas, que se dedicam à movimentação e armazenagem de produtos químicos, derivados de petróleo e produtos vitivinícolas.

• Terminal de Granéis Sólidos

Este terminal oferece um total de 750 metros de cais (350 m para graneis não alimentares e 400 m dedicados ao segmento agro-alimentar), com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), e dispõe de uma área de 153 000 m² direccionada a clientes dedicados a estes segmentos.

• Terminal Roll-On / Roll-Off e Contentores

Este terminal consta de um cais com 450 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), 97 000 m² de terraplenos devidamente infra-estruturados, com áreas definidas para estacionamento e des(embarque) de mercadorias.

• Terminal Sul - Multiusos

A exploração comercial da operação neste terminal encontra-se concessionada, em regime de serviço público, à empresa Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.. Dispõe de um cais acostável com 400 metros de comprimento, fundos à cota de -7,00 m (Z.H.) e cerca de 47 000 m² de terraplenos, e movimenta principalmente produtos metalúrgicos, cimento, pasta de papel e produtos agro-alimentares.

• Porto de Pesca do Largo

Este terminal consta de uma regularização marginal na extensão de 1950 m, à qual estão ligadas 17 pontes-cais com fundos à cota de -7,00 m (Z.H.), e serve fundamentalmente os armadores de pesca do largo e as indústrias de processamento de pescado.

Este sector inclui um [Terminal Especializado de Descarga de Pescado](#), com 160 metros de comprimento, totalmente equipado com as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de uma unidade desta natureza.

• Porto de Pesca Costeira

Este sector oferece um conjunto de infra-estruturas dedicadas à descarga, armazenagem e comercialização de pescado aos comerciantes locais. A lota e a fábrica de gelo encontram-se concessionadas à empresa Docapesca, Portos e Lotas, S.A..

Situado junto ao porto de Pesca Costeira, encontra-se o [Porto de Abrigo para Pequena Pesca](#), com capacidade para 136 embarcações. Possui ainda um edifício de apoio e 72 armazéns de aprestos.

A zona portuária integra ainda áreas ocupadas com estaleiros navais e instalações diversas, licenciadas ou concessionadas a privados, bem como áreas de reserva de terrenos disponíveis para a futura implantação de actividades industriais e logísticas.

ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais

O Porto de Aveiro conta com uma área de 130 ha servida com óptimos acessos terrestres (auto-estrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais.

A ZALI será uma plataforma logística portuária inter modal com a missão de facilitar a implantação de empresas operadoras do sector logísticos e de empresas para as quais o factor de proximidade com o Porto pressuponha um valor acrescentado à sua cadeia logística. A plataforma dispõe de uma linha de cais de 1080 metros com um calado de 12 metros.

Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de Cacia

Inaugurado no passado dia 20 de Fevereiro de 2009, o Pólo de Cacia da Plataforma Logística Portuária de Aveiro situa-se a cerca de 9 km do Porto e inclui uma ligação directa à Linha do Norte (Porto - Lisboa).

O Pólo de Cacia é caracterizado por uma área total de 98.000 m², 30.000m² para estacionamento, 33.550 m² de área de expansão e 8 linhas (2 de carga/descarga e 6 de movimentação).

De referir, que a ligação ferroviária ao Porto está prevista ser concluída no último trimestre de 2009.

2.5.4. Acesso Terrestre

O porto de Aveiro está servido por um conjunto de acessos rodoviários com características de auto-estrada, estando prevista a conclusão do acesso ferroviário em 2009. Ao nível dos acessos rodoviários, o porto de Aveiro está ligado às principais cidades do País pelas auto-estradas A1, A29, A17 e A25, o que lhe permite uma fácil ligação ao seu *hinterland*. Estas auto-estradas, que se estendem até ao pórtico de entrada do porto, não estão congestionadas e não atravessam zonas densamente urbanizadas.



2.5.5. Acesso Marítimo

As características da barra de acesso ao porto de Aveiro, nomeadamente a cota de profundidade, a largura do canal de entrada e as condições de navegabilidade impostas pelas marés, limitam o gabarito máximo dos navios a cerca de 9 metros de calado e 150 metros de comprimento.

No entanto, o plano de investimentos em curso incluiu a estabilização da barra de acesso marítimo ao porto à cota - 12,5m (Z. H.), através da realização de dragagens periódicas.

A dragagem de estabelecimento está prevista para 2009, no âmbito do projecto de “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar”. Nos anos seguintes a realização das dragagens de manutenção ficará a cargo da APA, tendo já sido equacionada e quantificada a repercussão dos respectivos custos nas tarifas portuárias.

2.6. Localização

A sede da Administração do Porto de Aveiro situa-se no Forte da Barra, edifício 9, encontrando-se todos os seus principais terminais, com excepção do Terminal Sul (sito no concelho de Aveiro), na cidade da Gafanha da Nazaré, que possui menos de 15 000 habitantes e está integrada no concelho de Ílhavo que tem cerca de 40 000 habitantes. Contrariamente ao que se verifica em outros portos nacionais da faixa atlântica central, o porto de Aveiro não está sujeito a pressões urbanas significativas.

Refira-se que o porto de Aveiro tem a preocupação de salvaguardar os imperativos ambientais associados ao facto de se situar dentro da ria de Aveiro e junto à Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.



2.7. Dimensão

O porto de Aveiro é o quinto maior porto nacional, depois do porto de Sines, Leixões, Lisboa e Setúbal, pela respectiva ordem de movimentação de mercadorias.

No que diz respeito ao principal tipo de carga movimentada em porto pode notar-se que a Carga Geral Fraccionada é a que tem maior expressão, tendo-se verificado, no entanto, um acréscimo dos Granéis Sólidos, traduzindo-se este aumento num maior equilíbrio entre os dois tipos de carga.

Contando com o empenho e dedicação de 120 funcionários, no ano transacto a empresa atingiu um volume de negócios de aproximadamente 13,1 milhões de euros (observando-se uma melhoria em relação a 2007 de cerca de 1,5 milhões de euros), tendo sido verificado um movimento de mais de 3,5 milhões de toneladas.

Assim, pela análise feita entre os anos 2005 a 2008, constata-se uma tendência crescente no Volume de Negócios.

Em jeito de conclusão, o porto de Aveiro encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e melhorar a prestação de serviços aos seus clientes até 2015, o que lhe permitirá consolidar-se como um centro vital para diversas actividades industriais e comerciais e alargar e potenciar o seu hinterland.

3. Parâmetros para o Relatório

3.1. Perfil do Relatório

A APA compromete-se a reeditar anualmente uma nova versão deste Relatório para comunicar às partes interessadas o seu desempenho em matéria de sustentabilidade.

Este relatório foi preparado com base nas linhas de orientação da *Global Reporting Initiative* em vigor, (GRI, versão 3.0). Dos indicadores de desempenho apresentados pelo GRI foram seleccionados e calculados os que consideramos relevantes para a compreensão da sustentabilidade da empresa. Estes indicadores foram calculados para o ano em análise, bem como, e sempre que possível, para os dois últimos anos anteriores, de modo a permitir a análise comparativa e evolutiva.

Apesar deste relatório não ter sido verificado por uma entidade externa, os dados económicos foram auditados no âmbito da auditoria ao Relatório e Contas 2008.

No capítulo 7 deste Relatório é apresentada a tabela que identifica a localização do índice GRI.

3.2. Âmbito do Relatório

As informações divulgadas neste relatório dizem respeito à actividade principal da APA, a actividade portuária.

Este documento estará disponível em www.portodeaveiro.pt, e todas as informações adicionais, comentários ou sugestões podem ser obtidas através do mesmo, na secção de apoio ao cliente.

4. Governança, compromissos e envolvimento

4.1. Governação

4.1.1. Estrutura de Governação

Enquanto sociedade anónima, a APA é gerida por um Conselho de Administração composto por um Presidente e dois Vogais, tendo, ainda, como órgãos sociais a Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujas competências se encontram definidas pormenorizadamente nos estatutos aprovados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro, alterados pelo Decreto-Lei n.º 40/02, de 28 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 46/02, de 2 Março e pela Deliberação da Assembleia-Geral de 31 de Março de 2008.

Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, que exerceram funções durante o ano de 2008.

Mandato I

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia-geral			
Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro (representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)	21-04-2005	2005/2007
Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	21-04-2005	2005/2007
Conselho de Administração			
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	21-04-2005	2005/2007
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	21-04-2005	2005/2007
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	21-04-2005	2005/2007
Fiscal Único			
Efectivo	PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (Representada por Dr. José Pereira Alves)	21-04-2005	2005/2007
Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo	21-04-2005	2005/2007

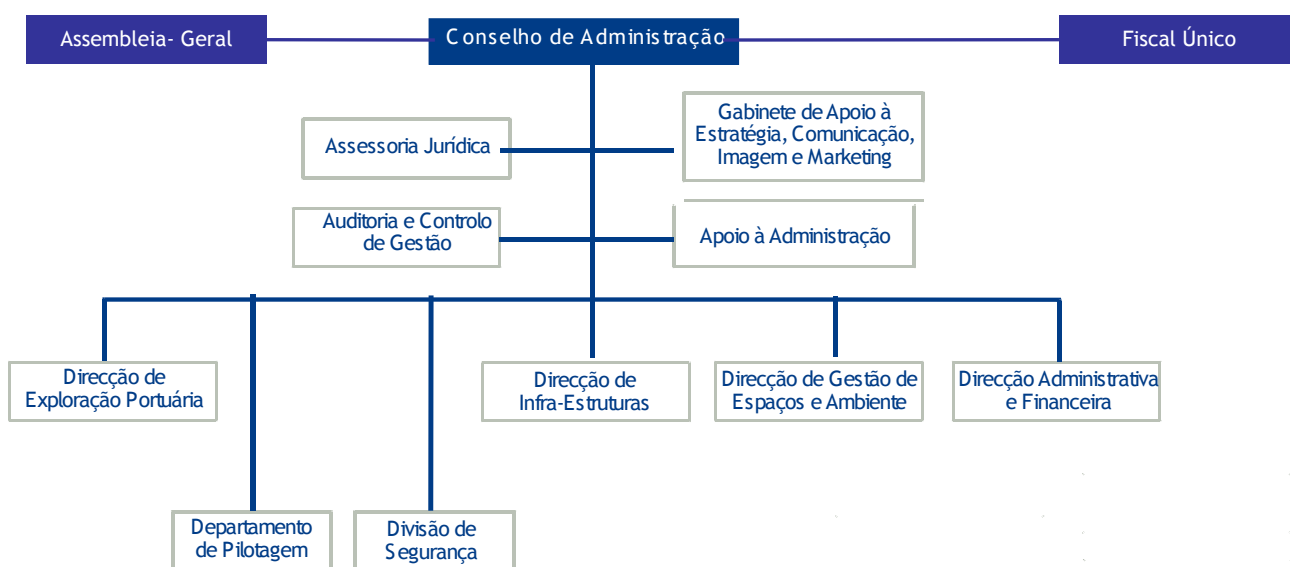
Mandato II

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia-geral			
Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro (representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho)	31-03-2008	2008/2010
Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	31-03-2008	2008/2010
Conselho de Administração			
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	31-03-2008	2008/2010

Conselho Fiscal

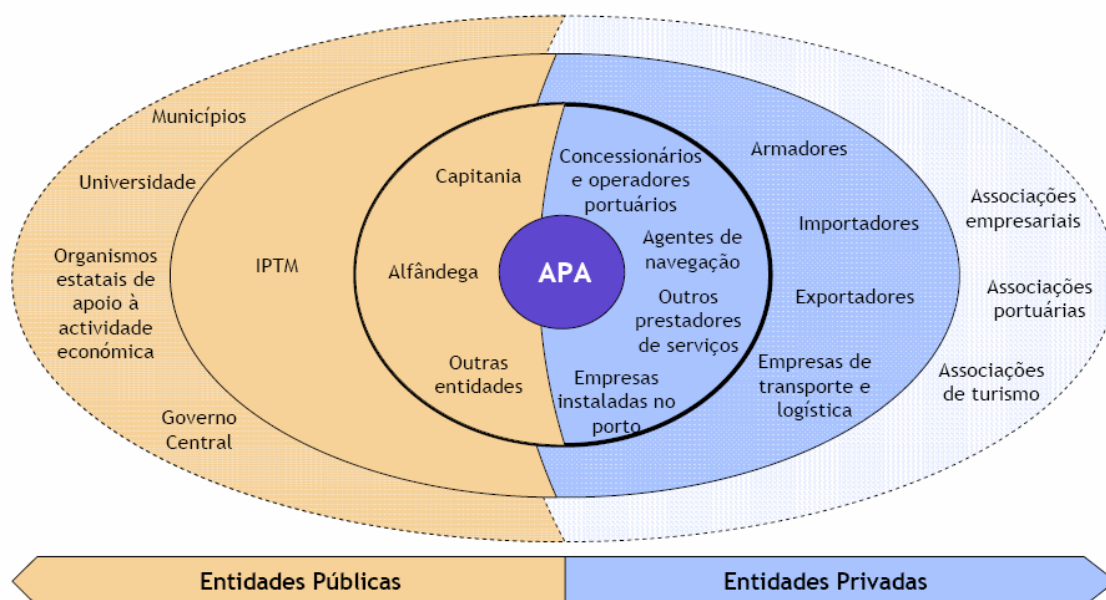
Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	31-03-2008	2008/2010
Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	31-03-2008	2008/2010
ROC	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda representada por Dr. José Pereira Alves ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia	12-09-2008	2008/2010

Organicamente a APA dispõe de 4 órgãos de assessoria e apoio à gestão, encontrando-se hierarquizada em 6 grandes áreas funcionais que agregam um conjunto de sectores e serviços destinados a dar cabal cumprimento às atribuições funcionais de cada área de actividade.



4.1.2. Envolvimento das partes interessadas

As actividades desenvolvidas no porto de Aveiro envolvem um conjunto muito alargado de entidades, públicas e privadas, que se podem representar graficamente como organizadas em círculos concêntricos com um núcleo central onde se encontra, naturalmente, a autoridade portuária.



4.1.2.1. Clientes

A APA detém a figura de Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Aveiro, visando garantir os direitos de quem utiliza o transporte marítimo, em conformidades com uma das directrizes consignadas nas “Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário”.

A defesa e promoção dos direitos, as garantias e interesses legítimos dos clientes do Porto de Aveiro, o dever de informar e esclarecer os clientes do Porto de Aveiro do âmbito de actuação, a responsabilidade e competências das diversas entidades que intervêm no transporte marítimo ou em actividades complementares a ele directamente interligadas, são algumas das funções a exercer pelo primeiro titular da provedoria portuária aveirense, que goza de independência no exercício das suas funções.

Os clientes do Porto de Aveiro passam, assim, a poder apresentar ao Provedor, queixas, reclamações e solicitações referentes a acções e omissões das entidades intervenientes no transporte marítimo e actividades complementares.

De acordo com os estatutos do novo cargo, o Provedor dispõe da faculdade de iniciativa própria no exercício da sua actividade, não se subsumindo esta às queixas e reclamações que lhe forem apresentadas.

A APA tem vindo a melhorar sustentadamente os seus sistemas de informação, de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação relevante por parte dos clientes e operadores.

Actualmente, estão implementados, ou em início de implementação, os seguintes sistemas principais:

- Newsletter Electrónica, desde 2005;
- Novo site na Internet, disponibilizado desde Julho de 2009;
- GESPOR - sistema de partilha de dados para a gestão das escalas dos navios, desde 2005;
- GIAF - sistema de gestão financeira e administrativa, desde 2005;
- SIGPOR - sistema de gestão de tarifas e facturação, desde 2006. Efectua interligação entre GESPOR e GIAF;
- VTS - Vessel Traffic System, sistema de gestão do tráfego portuário e costeiro, implementado em 2007;
- Participação no projecto PORTMOS permite contribuir para a definição do conceito e dos requisitos para operacionalidade das Auto-Estradas do Mar, que terão impactes muito significativos no que respeita à organização das cadeias de transporte no espaço europeu, e, em particular, na necessidade de alinhamento entre os portos nacionais e europeus;
- Participação no projecto PIP`e, que garantirá a implementação do modelo de “Janela Única Portuária” em todos os portos nacionais e a simplificação / harmonização de procedimentos com todos os agentes económicos e restantes Autoridades (Marítima, Sanitária, Veterinária, Fronteiras e Policiais).

Refira-se ainda que está disponível no site da APA - <http://www.portodeaveiro.pt> - a APAnet. Trata-se de uma área dedicada exclusivamente aos clientes/parceiros de negócio da APA que permite a consulta privada aos sistemas de informação interna, nomeadamente a consulta ao sistema financeiro (GIAF) onde podem ser visualizadas as contas-correntes de cada cliente, através da atribuição de *password*, como também o envio de sugestões, reclamações ou dúvidas para a APA através do espaço de “*Apoio ao Cliente*”.

4.1.2.2. Fornecedores

A APA privilegia o relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços que respeitem a legislação em vigor e demonstrem cumprir práticas ambientalmente correctas. Esta empresa tem ainda como preocupação evitar negócios com fornecedores de reputação duvidosa.

Nas suas análises comparativas de fornecedores, o porto de Aveiro procura incentivar aqueles que demonstrem encontrar-se nos padrões de qualidade e eficiência exigidos de modo a posicionarem-se de forma competitiva, tendo sempre como pressuposto o respeito pelas

imposições legais e sociais, o que por vezes leva ao afastamento de propostas com custos mais atractivos.

Até à entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), a APA adoptava os procedimentos de contratação de bens e serviços decorrentes da legislação nacional aplicável, mormente o Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 234/2004, de 15 de Dezembro e o Decreto-Lei n.º 59/99, de 3 de Março, cuja aplicação era casuisticamente determinada em função do objecto e valor do contrato a celebrar.

Com a entrada em vigor do CCP, em 30 de Julho de 2008, e o enquadramento da APA, como entidade adjudicante para efeitos de aplicação deste diploma legal, a aquisição de bens e serviços e, bem assim, a contratação de empreitadas de obras públicas, por esta Administração Portuária, passou a estar subordinada às regras da escolha do procedimento pré-contratual definidas na parte II do CCP.

4.1.2.3. Concessionários

Na prossecução de uma estratégia de sustentabilidade com objectivos claros e ambiciosos é necessário o envolvimento de todas as entidades e muito particularmente de todas as empresas situadas em área portuária, pois a sua acção é preponderante para o alcance das metas propostas. Desta forma, na realização contratual, são incorporadas regras às empresas visadas de forma a incentivar a melhoria do seu desempenho ambiental e social.

4.1.2.4. Administração Central e Local

O Governo Central, os Municípios e os diversos organismos estatais de apoio à actividade económica, são, dadas as suas funções de suporte e de enquadramento da actividade dos portos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Porto de Aveiro.

São as entidades da administração central que apoiam financeiramente o sector portuário, legislam e definem as políticas e estratégias para o sector, pelo que há diversas áreas nas quais o apoio das autoridades nacionais e locais é fundamental, com destaque para a melhoria dos acessos ao porto, ordenamento do território, criação de portos secos e melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar.

4.1.2.5. Comunidades Locais

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade nos projectos vitais para o porto, são realizadas consultas a entidades externas à APA, no sentido de colher o seu contributo, considerado essencial para o aprofundar e sustentar opiniões desenvolvidas internamente.

Em paralelo, no que toca ao seu envolvimento com a Comunidade, a APA contribui activamente para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas).

4.1.2.6. Instituições Académicas

O desenvolvimento de inúmeras parcerias com estabelecimentos de ensino, traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no incentivo de projectos específicos, demonstra a aposta clara da APA no apoio ao ensino.

4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária

As restantes entidades privadas e públicas com uma intervenção importante nas actividades do porto de Aveiro, podem ser classificadas em dois níveis:

- comunidade intraportuária; e
- comunidade extraportuária.

Da comunidade intraportuária fazem parte todas as entidades que trabalham directamente com o porto, como a Capitania do porto de Aveiro, a Alfândega de Aveiro, os operadores portuários, agentes de navegação, as empresas instaladas no porto e outras.

A comunidade extraportuária é composta por armadores, importadores e exportadores, empresas de transporte de logística e associações empresariais e outras, que têm interesses em comum com o porto de Aveiro e que colaboram, participando em parcerias e cooperando na promoção do porto e da região.

4.1.2.8. Colaboradores

O bem-estar dos colaboradores é fulcral para o sucesso da organização. Nesse sentido a APA concede diferentes benefícios sociais, nomeadamente ao nível da saúde e da formação. No âmbito da saúde, a APA contratou um seguro de saúde que comparticipa a maioria das despesas médicas apresentadas, incidindo sobre o remanescente não comparticipado nem pela APA, nem pela Administração Regional de Saúde.

Uma das apostas mais significativas da APA que intervém directa e claramente no desempenho da própria organização, diz respeito ao incremento da formação profissional, pessoal e humana dos seus colaboradores. A política da APA no âmbito da formação consiste no incentivo e em proporcionar mais e melhores formações direccionadas directa ou indirectamente para a melhoria do desempenho individual e global, concedendo, de igual forma, regalias que vão além das obrigações legais inerentes ao estatuto de trabalhador-estudante.

Em 2008 o Conselho de Administração apostou na formação superior pós-licenciatura em prol da melhoria do desempenho dos seus colaboradores, pretendendo assim alcançar uma organização mais competitiva. (ver ponto 5.3.3.3.)

4.1.2.9. Mapa Estratégico da Qualidade

Pretendendo-se dar enfoque ao cliente, tanto interno como externo, foi dado início, em 2008 à implementação do sistema de gestão de qualidade, dado reconhecer-se que este constitui uma ferramenta eficaz de gestão e impõe-se como um importante contributo para os processos de inovação empresarial, numa óptica de valorização do cliente.

Através da criação de uma maior consciencialização dos colaboradores, melhoria de processos internos, monitorização do ambiente de trabalho, verificação da satisfação dos clientes, colaboradores e fornecedores, proporcionando à empresa uma maior organização e produtividade facilmente identificável pelo cliente.

De igual forma, criar uma mentalidade positiva de mudança, bem como actividades que visem estabelecer e manter um ambiente no qual os colaboradores, trabalhando em equipa, consigam um desempenho eficaz, potenciando o alcançar de objectivos e metas propostos.

Assume-se assim que a implementação de um sistema de gestão da qualidade constitui uma oportunidade soberana para repensar a organização, verificando-se que, pela utilização sistemática das ferramentas de gestão que advém da aplicação das normas de referência, resultam, normalmente:

- *Existência de uma visão de “negócio” conhecida e partilhada por todos (sendo incrementada a comunicação organizacional);*
- Liderança do processo pela organização de topo;
- Comunicação interna intensa e eficaz;
- Envolvimento de todos os colaboradores nos processos, através da descentralização e participação de grupos de trabalho;
- Reconhecimento pelo empenho;
- Avaliação constante do processo, por forma a apurar os custos da “não qualidade”;
- Aumento de produtividade e redução de custos internos;
- Liderança pelo exemplo de dedicação e excelência de serviço;
- Aumento da satisfação e confiança do cliente;
- Possibilitar o acesso a novos mercados;
- Investimento na formação e valorização dos colaboradores.

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Pretende-se com este capítulo efectuar uma abordagem de gestão nas diferentes vertentes que a integram: Económica, Ambiental e Social.

Para estas, foram calculados os indicadores de desempenho, conforme listados no capítulo 6 - Índices do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade tendo-se, como referido anteriormente, optado por recorrer aos Indicadores GRI, referencial multi-empresa e multi-sector.

Para a elaboração do presente relatório, optamos pela inclusão de um número reduzido de indicadores, classificados de essenciais, apresentando, sempre que possível valores para os anos de 2006 a 2008.

Incluímos ainda neste capítulo a Segurança, dado que esta constitui uma importante componente da Gestão, referindo as principais acções desenvolvidas.

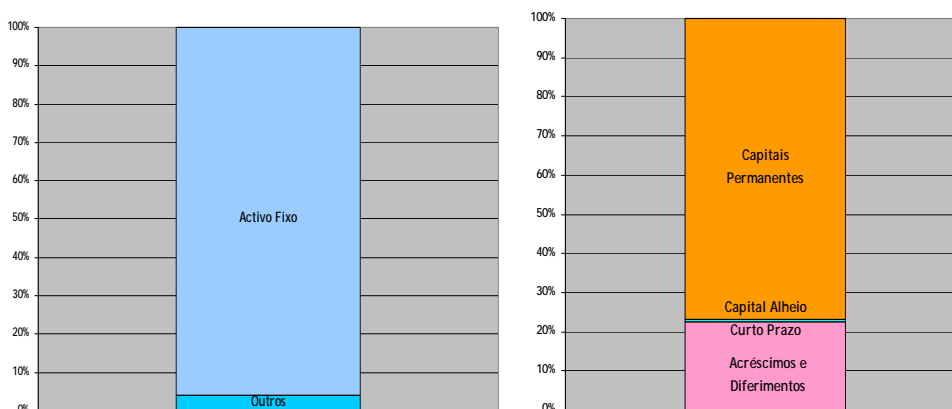
É pois objectivo fornecer às partes interessadas uma imagem fiel da Gestão que tem vindo a ser praticada por esta empresa, ao longo destes três últimos anos, incluindo a informação julgada relevante para as partes interessadas.

5.1. Indicadores de Desempenho Económicos

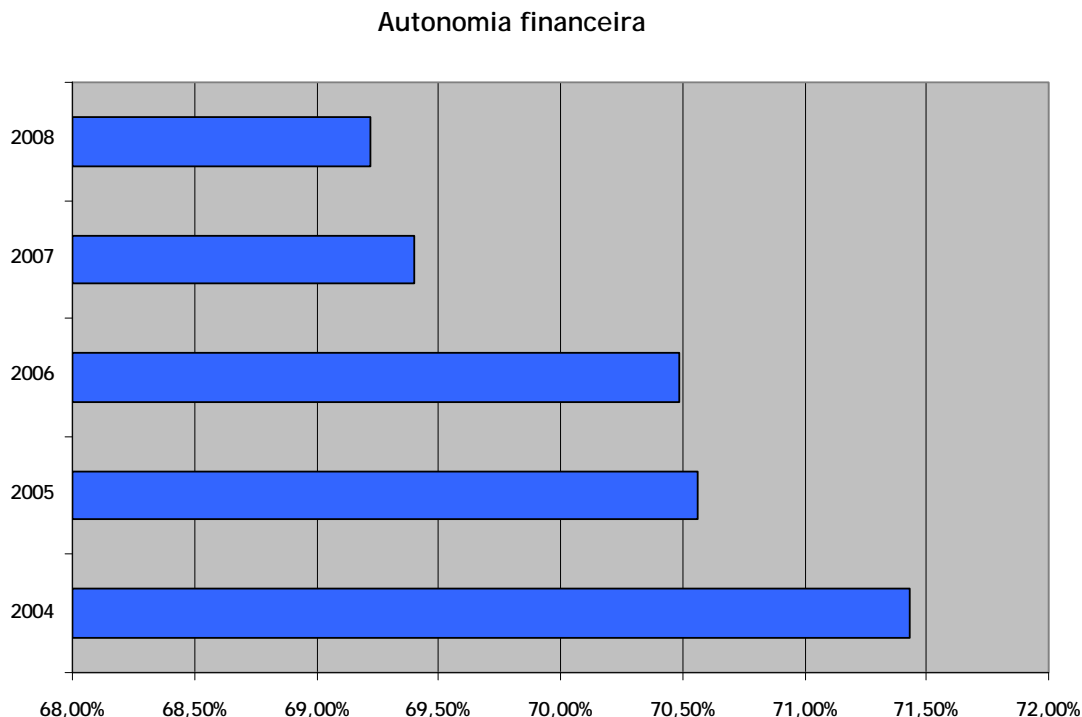
5.1.1. Desempenho Económico - Financeiro

A situação financeira da APA caracteriza-se historicamente por um nível elevado de autonomia financeira e um bom equilíbrio do balanço, sendo a cobertura do imobilizado líquido integralmente assegurado por fundos de longo prazo - capitais próprios, subsídios e empréstimos de longo prazo.

Representação do Balanço 2008



Contudo, e não obstante a situação financeira da APA se manter actualmente equilibrada, a implementação do plano de investimentos levou, nos últimos 5 anos, a um aumento sustentado do activo líquido que não foi acompanhado pela injeção de capitais próprios, resultando numa redução progressiva do nível de autonomia financeira.



No que respeita à situação económica, a APA apresentou em 2008 uma melhoria do Resultado Líquido. Esta evolução decorre essencialmente da variação positiva no Resultado Operacional, como se constata no quadro abaixo.

	Valores em €		
	2006	2007	2008
Resultado Operacional	-2.158.377	-1.413.763	-544.702
Resultado Financeiro	-496.771	-402.076	-312.290
Resultado Extraordinário	2.726.834	2.061.908	1.390.347
Resultado Antes de Imposto	71.685	246.069	533.355
Imposto	874.233	141.915	312.024
Resultado Líquido do Exercício	-802.547	104.155	221.331

A evolução do Resultado Operacional, com um aumento de 869 mil euros, relativamente ao ano anterior, é o reflexo do crescimento dos Proveitos Operacionais em 14,82%, que é mais significativo que o aumento dos Custos Operacionais, que foi de 6,99%.

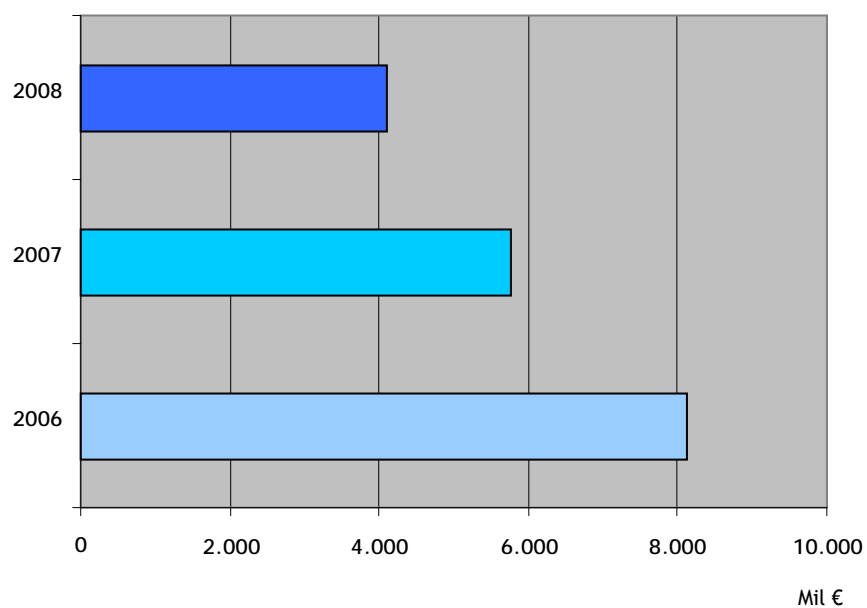
Valores em €

	2006	2007	2008
VAB	8.782.115	10.819.968	12.448.777
Impostos	155.312	171.452	149.169
Custos com o Pessoal	5.160.017	5.234.090	5.113.507
Encargos Financeiros	651.774	613.383	814.053
Amortizações	4.257.647	4.781.758	5.059.692
Provisões e Ajustamentos	715.742	1.384.958	1.857.058
Resultado Operacional	-2.158.377	-1.365.673	-544.702

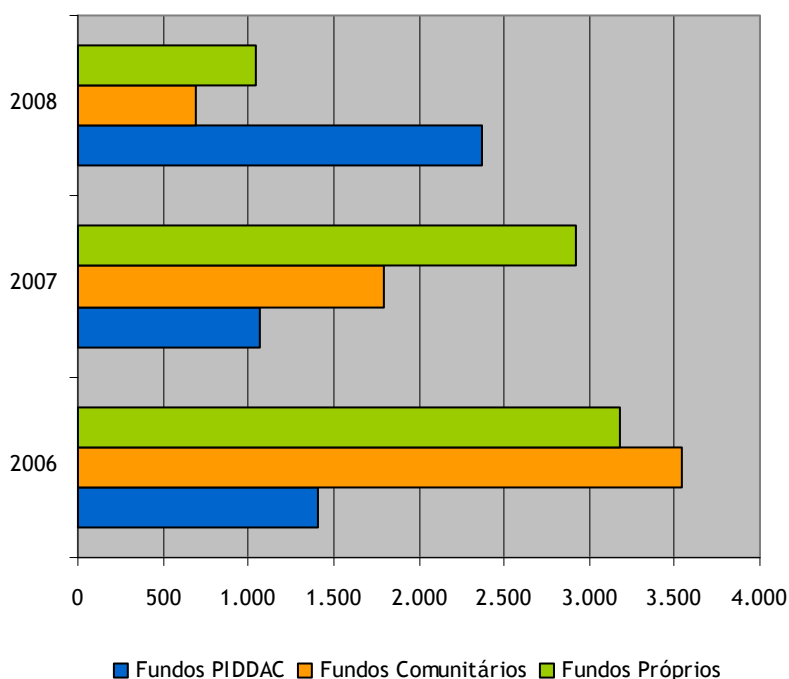
O aumento do Valor Acrescentado Bruto no ano de 2008 decorre da melhoria do Resultado operacional (+856 mil €) e do aumento verificado nas Provisões e Ajustamentos (+472 mil €), conforme apresentado no quadro acima.

5.1.2. Análise ao Investimento

O montante de investimento executado em 2008 ascendeu a 4,1 milhões de euros.



No quadro seguinte, é apresentado o custo de investimento realizado nos últimos três anos, por fontes de financiamento.



Dos principais projectos de investimento estruturais executados em 2008 e, grosso modo, previstos no Plano Estratégico do porto de Aveiro para o período 2006-2015, destacam-se os seguintes:

- Execução do processo de Expropriações, no âmbito da 3ª fase da Via de Cintura Portuária, o qual ascendeu a 2,9 milhões de euros. A empreitada de execução da 3.ª Fase foi adjudicada em Novembro de 2008 com o custo de 6,9 milhões de euros e com prazo de execução de 8 meses;
- Execução da dragagem de estabilização do canal de navegação adjacente ao Terminal de Granéis Líquidos, Porto de Pesca do Largo e Estaleiros Navais, no montante de 0,9 milhões de euros;
- Conclusão do Estudo da Reconfiguração e de Navegabilidade da Barra do Porto de Aveiro e adjudicação do projecto técnico da respectiva solução aprovada, em Junho de 2008. O montante executado dos aludidos investimentos ascendeu a 33 mil euros;
- PIP`e (Procedimentos e Informação Portuária Electrónica): Trata-se de projecto coordenado pela Associação dos Portos de Portugal (APP), sendo que em 2008 a comparticipação financeira da APA correspondeu a 144 mil euros (ver também, ponto 9.1. deste documento);

No que respeita aos principais investimentos funcionais, com um custo total de 615 mil euros, destaca-se a execução dos seguintes:

- Continuação do processo de prestação de serviços de consultoria para a definição do modelo de exploração dos terminais do sector norte: executados 82 mil euros;
- Renovação do parque automóvel da empresa: executados 59 mil euros;
- Aquisição de hardware e software: executados 30 mil euros;
- Aquisição de mobiliário: executados 24 mil euros;
- Conclusão do estudo de viabilidade do Porto da Figueira da Foz e fiscalização da empreitada de prolongamento do molhe norte do Porto de Figueira da Foz: executados 32 mil euros.

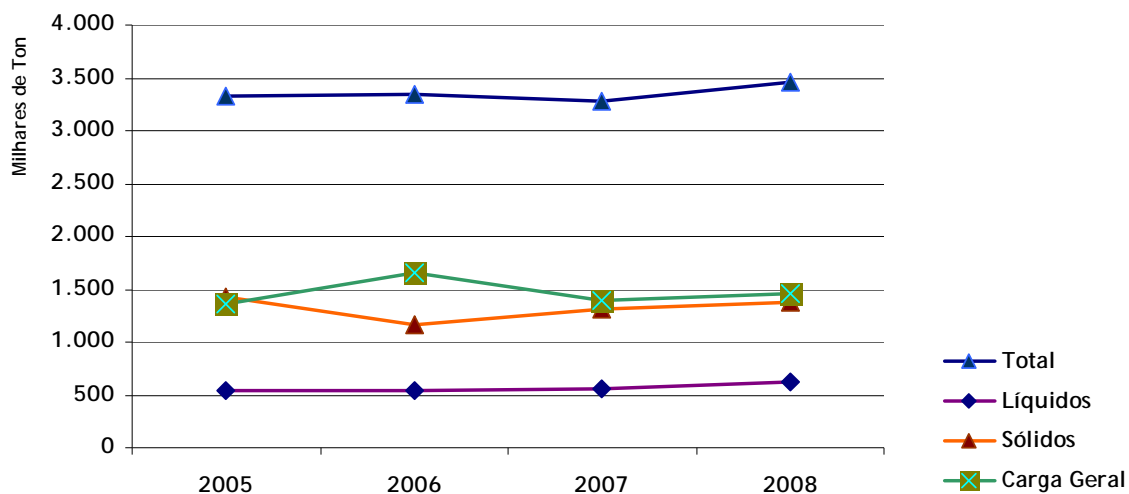
5.1.3. Análise de tráfego e mercado

Em 2008, o movimento de mercadorias no porto de Aveiro registou um novo recorde de movimentação de cargas: 3,5 milhões de toneladas, mais 6%, ou 194 toneladas, do que no ano de 2007.

A movimentação da Carga Geral subiu 4,71%, para muito perto dos 1,5 milhões de toneladas; os Granéis Sólidos progrediram 4,78% para os 1,4 milhões de toneladas e os Granéis Líquidos aumentaram 11,55%, até às 629 mil toneladas.

A carga contentorizada continua sem expressão nos números globais do porto, mas ainda assim são de registar 577 toneladas movimentadas, fruto da experimentação de uma linha regular de transporte marítimo de contentores para a maior cidade de Marrocos, Casablanca.

Movimento no Porto de Aveiro



5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental

5.2.2. Desempenho Ambiental

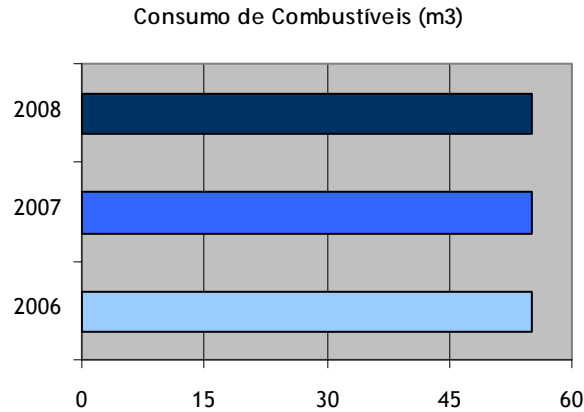
5.2.2.1. Energia

O desempenho energético assume cada vez mais uma maior relevância no contexto da sustentabilidade económica e ambiental de uma empresa.

Assim, a medição dos consumos de energia é relevante para avaliar a contribuição da empresa para a emissão de gases que contribuem para o efeito de estufa, permitindo reflectir sobre estratégias futuras de racionalização dos consumos, bem como substituição de fontes de energia fósseis por energias renováveis.

A APA utiliza combustíveis, principalmente gasóleo, para abastecimento da sua frota de veículos e alguns equipamentos portuários. Há ainda consumo de gasolina, em quantidade não significativa.

	m ³		
	2006	2007	2008
Consumo de Combustíveis	55	55	55

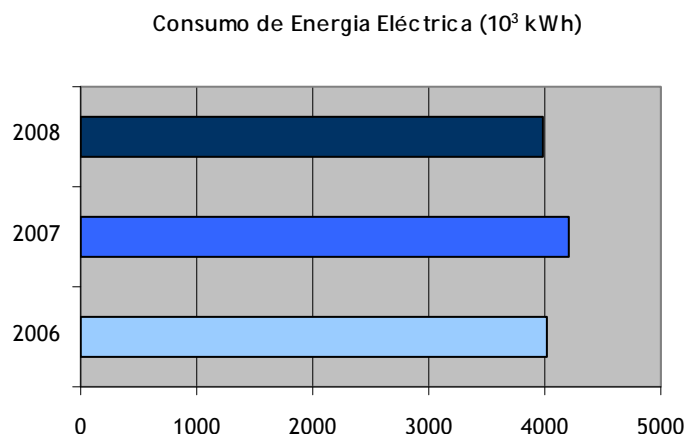


A energia eléctrica em oposição aos combustíveis, tem um importante peso nos consumos energéticos da empresa, sendo utilizada em equipamentos portuários, iluminação de terraplenos, iluminação das rodovias, funcionamento de instalações administrativas e operacionais. O fornecimento de energia a terceiros pela APA, em baixa tensão, representou em 2008 cerca de 44% do total de energia eléctrica recebida.

A APA tem desenvolvido nos últimos anos acções de redução dos consumos de energia eléctrica, designadamente, na iluminação pública, com reduções anuais da ordem dos 50.000 kWh, bem como investiu em 2006-2007 na aquisição de alguns equipamentos de sinalização a energia solar, que representam uma poupança anual estimada em cerca de 4.000 kWh.

A APA promoveu ainda a melhoria das condições de conservação de energia no edifício sede, por alterações no isolamento, bem como procedeu à sensibilização dos trabalhadores para a redução do seu consumo energético.

	10 ³ kWh		
	2006	2007	2008
Consumo de Energia Eléctrica	4.019	4.204	3.988



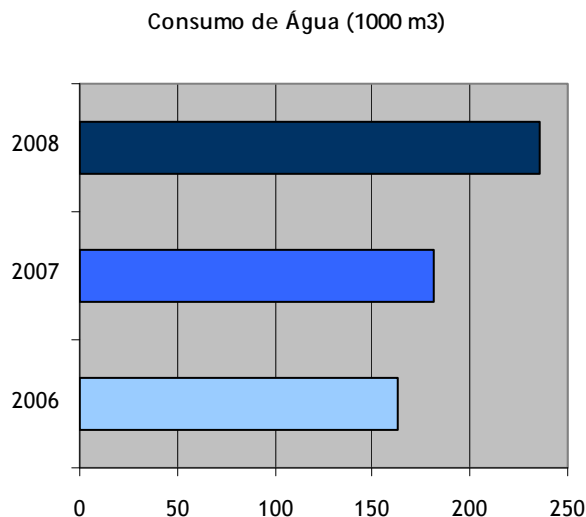
5.2.2.2. Consumo de Água

A APA fornece água para consumo humano ao Porto de Aveiro a partir de três sistemas de abastecimento distintos. Estes sistemas estão suportados em quatro furos de captação subterrânea de água com origem no aquífero Cretácico. Este aquífero é considerado uma reserva estratégica de água, a qual suporta parcialmente o abastecimento público e industrial desta região. Em paralelo, a APA dispõe de ligação às redes dos sistemas de abastecimento público dos municípios em que o porto se localiza, as quais utiliza em situação de necessidade.

Em 2007, a APA investiu na promoção de fontes alternativas de água na rede do Terminal de Granéis Líquidos, pela execução de mais um furo de captação de água e dois novos reservatórios, sistema que entrou em funcionamento em 2008. Aumentou assim a sua capacidade de captação e armazenagem de água para consumo humano e reserva de combate a incêndios, de modo a garantir o fornecimento permanente e suficiente de água a este terminal portuário em franca desenvolvimento.

Os consumos de água desta Administração, associados à manutenção e limpeza das áreas portuárias, aos serviços administrativos e ainda à rega de jardins, assumem um peso expressivo no volume total captado, cerca de 50%, sendo o restante fornecido a instalações fixas de terceiros e a navios.

	10^3 m ³		
	2006	2007	2008
Consumo de Água	163	181	236



5.2.2.3. Biodiversidade

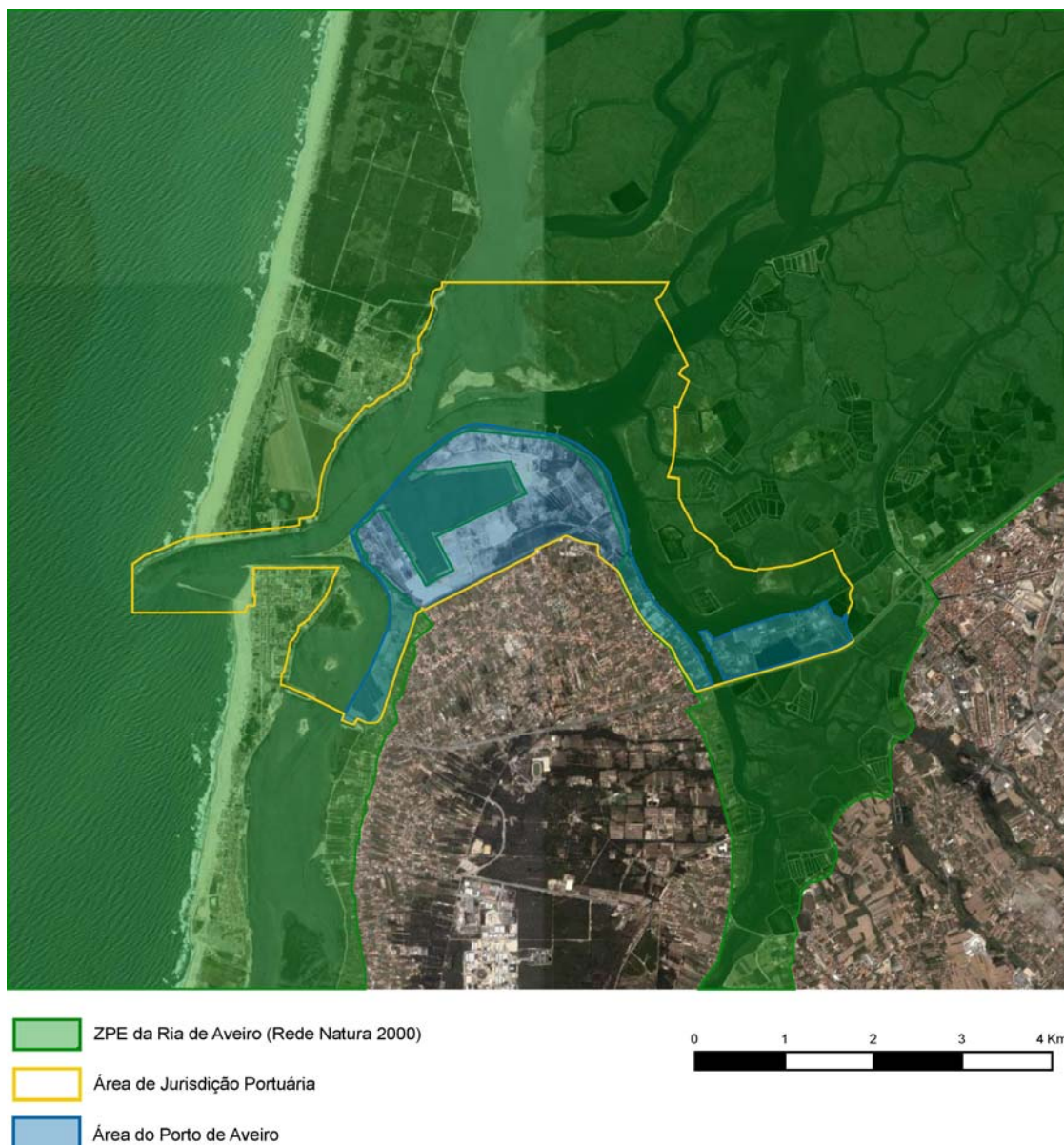
O Porto de Aveiro localiza-se no interior de uma unidade territorial singular, designada por Ria de Aveiro. Trata-se de uma zona húmida costeira, com uma área superior a 90 km², em preia-mar, onde se cruzam áreas naturais, que incluem zonas de sapal e águas livres, com áreas urbanas e industriais. A pressão exercida por estas últimas nem sempre é assimilada facilmente pelo ecossistema.

A Ria de Aveiro encontra-se incluída na Reserva Ecológica Nacional, tendo-lhe sido conferida, em 1999, o estatuto de Zona de Protecção Especial (ZPE), ao abrigo da Directiva das Aves (Directiva 79/409/CEE), visando a protecção e conservação da avifauna da Ria de Aveiro.

A área de jurisdição da APA, com cerca de 1700 hectares, abrange 778 hectares de área molhada e 922 hectares de área terrestre, dos quais 554 hectares constituem a área portuária propriamente dita.

Algumas das áreas acima referidas encontram-se incluídas na ZPE da Ria de Aveiro, nomeadamente, os canais e bacias portuárias e os terminais de pesca. Assim, da área total de jurisdição, 1277 hectares estão abrangidos pela referida ZPE, mantendo-se como área naturalizada cerca de 375 hectares, aos quais acresce a área molhada acima referida.

As restantes zonas do porto, se bem que no exterior da ZPE, não deixam de estar em área adjacente, pelo que a sensibilidade do meio envolvente é uma das condicionantes permanentemente considerada nas acções de desenvolvimento e expansão do porto, bem como na regular operação portuária.



São exemplo das preocupações acima descritas, os Estudos de Impacte Ambiental realizados para a execução de novas infra-estruturas portuárias e os trabalhos de monitorização e caracterização do meio receptor que lhe estão associados, designadamente, de qualidade da água e dos sedimentos, entre outros, bem como as condicionantes de protecção das áreas mais sensíveis, impostas no Plano de Emergência Interno, em caso de derrame de hidrocarbonetos ou produtos químicos para o meio receptor.

Volume e Qualidade dos sedimentos dragados

Para além das dragagens de manutenção, a que o Porto de Aveiro está obrigado de modo a garantir a permanente operacionalidade do mesmo, e de que resultaram 1.316 mil metros

cúbicos dragados entre 2006 e 2008, nestes três anos foram ainda dragados 6.214 mil metros cúbicos. Uma parte significativa destes dragados é respeitante às dragagens de estabelecimento, executadas maioritariamente em 2006, da nova bacia portuária que serve actualmente o Terminal de Granéis Sólidos e a expansão do Terminal de Granéis Líquidos.

Relativamente à qualidade e destino final destes dragados, refere-se que estes são predominantemente constituídos por lodos arenosos e areias lodosas (areias finas a médias), não sendo expectáveis problemas de contaminação assinaláveis.

	Unidade	2006	2007	2008
Dragagens				
Volume de sedimentos dragados	10 ³ m ³	5804	915	810
Sedimentos dragados de Classe 1 a 3 - isentos de contaminação ou com contaminação ligeira	%	100,00	100,00	100,00
Sedimentos dragados de Classes 4 ou 5* - contaminados	%	0	0	0
Sedimentos reintroduzidos no meio receptor	%	11,55	51,00	50,92

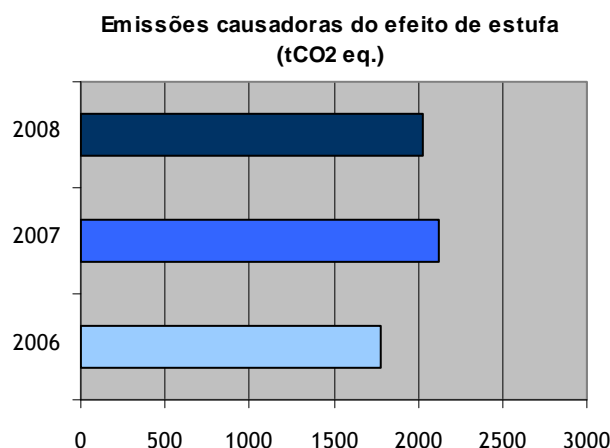
(*) Classes de contaminação definidas na Portaria 1450/2007, de 12 de Novembro

5.2.2.4. Emissões atmosféricas

A utilização de combustíveis fósseis é uma das principais causas de emissão para a atmosfera de gases que contribuem para o efeito de estufa e, portanto, para as alterações climáticas. Nos termos do Protocolo de Quioto, Portugal tem vindo a desenvolver acções no sentido de promover as energias renováveis, aumentar a eficiência energética e, consequentemente, conter ou reduzir as emissões de CO₂.

Com base no consumo de energia, atrás referido, foi calculada a contribuição da APA para as emissões nacionais. Nestes cálculos incluem-se os consumos de terceiros e que representam, como já referido, cerca de 44% da energia eléctrica consumida.

	tCO ₂ eq.		
	2006	2007	2008
Total de emissões causadoras do efeito de estufa	1.783	2.124	2.022



Face às perturbações sentidas por alguns moradores da povoação adjacente, a APA desenvolveu nos últimos anos múltiplas medidas de minimização das emissões de partículas resultantes da movimentação e armazenagem de granéis sólidos e inertes no Porto de Aveiro. Em 2008, ficou concluído o primeiro trabalho de caracterização da qualidade do ar (partículas) na vizinhança das áreas portuárias, o qual incluiu duas campanhas de amostragem do ar (inverno e verão), bem como a análise química dos granéis em movimentação e dos inertes em depósito.

5.2.2.5. Águas Residuais

A APA dispõe de duas Estações de Tratamento de Águas Residuais, com tratamento secundário, por lamas activadas de baixa carga com arejamento prolongado, bem como múltiplas mini-ETAR e fossas sépticas, de modo a garantir o tratamento das águas residuais urbanas na sua área de exploração. As ETAR descarregam na Ria de Aveiro, enquanto que as restantes instalações de tratamento possuem descargas tanto para o meio hídrico como para o solo. Esta Administração tem também a funcionar separadores de hidrocarbonetos, em áreas sujeitas a derrames de hidrocarbonetos, designadamente, oficinas e garagens.

Em 2008, foi elaborado e aprovado o Regulamento de Drenagem de Águas Residuais do Porto de Aveiro - RDAR, Regulamento n.º 75/2009, publicado no DR n.º 27, II Série, em 9 de Fevereiro de 2009. Com este documento pretende-se definir as condições de ligação dos efluentes dos edifícios aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais da APA, S.A., bem como regular a actividade de descarga de águas residuais, pluviais e urbanas ou industriais nos colectores de drenagem da APA, nomeadamente, pela definição dos critérios de admissão, das interdições, das proibições e do regime tarifário aplicável.

O tratamento das águas residuais geradas no interior de instalações industriais, áreas de armazenagem, entre outras é garantido por cada um dos ocupantes/proprietários das instalações, nos termos da legislação em vigor.

5.2.2.6. Resíduos

O Regulamento de Gestão de Resíduos do Porto de Aveiro estabelece as principais regras aplicáveis à recolha e encaminhamento de resíduos gerados nas áreas portuárias, incluindo os resíduos provenientes dos navios, da movimentação de mercadorias e da administração de espaços, designadamente, áreas urbanas e de serviços com acesso ao público em geral. Dispõe ainda esta Administração Portuária de um procedimento interno onde se encontram estabelecidas as regras aplicáveis aos resíduos produzidos pela APA.

Estes documentos constituem-se como elementos fundamentais à necessária informação dos utilizadores/produtores de resíduos, à garantia do total cumprimento legal, à promoção da recolha selectiva e à criação das condições adequadas ao encaminhamento destes resíduos para destino final, tendo em vista a sua valorização sempre que possível.

Pela sua especificidade, a gestão de resíduos de navios é objecto de um Plano de Recepção e Gestão de Resíduos, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, e demais legislação em vigor, o qual está permanentemente disponível para consulta pelas partes interessadas. Este Plano é objecto de revisão trienal, pelo que se encontra já em vigor uma nova versão do PRGR do Porto de Aveiro.

Tendo como objectivo a salvaguarda do ambiente marinho e a redução das descargas indevidas no mar de resíduos perigosos ou persistentes, a APA promove o acompanhamento directo dos Navios e seus representantes, seja através das notificações obrigatórias dos Comandantes dos navios ou seus representantes, seja na recolha e encaminhamento dos resíduos que o navio pretende entregar. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido encontra-se reflectido na evolução positiva da quantidade de resíduos recolhidos, face à quantidade de resíduos retidos a bordo, bem como na totalidade das notificações obrigatórias recebidas no ano de 2008.

	Unidade	2006	2007	2008
Recepção de Resíduos de Navios				
Navios entrados	n.º	1064	977	1010
Notificações obrigatórias recebidas dos navios	n.º	1053	975	997
Percentagem de navios que entregaram notificações	%	98,97	99,80	100,00
Navios que entregaram resíduos	n.º	735	801	828
Navios isentos de entrega de resíduos	n.º	0	0	13
Resíduos				
Resíduos notificados para entrega	m ³	516	835	1026
Resíduos efectivamente entregues	m ³	539	871	1131
Resíduos retidos a bordo para entrega noutra porto	m ³	4350	3501	3254

No que respeita aos restantes resíduos, no ano de 2008, merece particular destaque a remoção e devido encaminhamento de obsoletos, trabalho que será concluído em 2009.

A APA mantém o enfoque na separação e encaminhamento dos resíduos, garantindo o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e viabilizando, sempre que possível, a sua valorização.

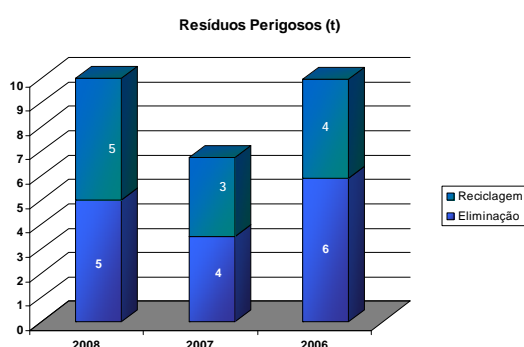
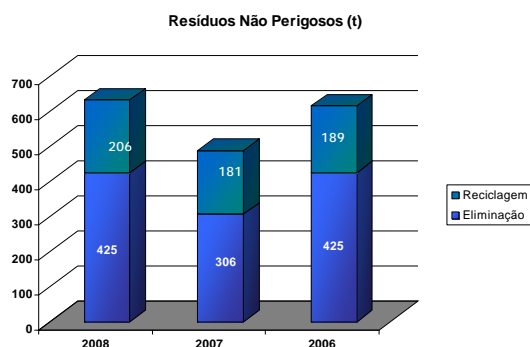
No total de resíduos encaminhados para valorização, conforme valores indicados no quadro seguinte, incluem-se sucatas, madeiras, plásticos (da operação portuária, redes de pesca, embalagens), papel e cartão, vidro, óleo alimentar usado, pilhas, baterias ácidas de chumbo, resíduos de solvente, óleos lubrificantes usados, lâmpadas, equipamentos eléctricos e electrónicos obsoletos, veículos em fim de vida, entre outros.

Relativamente às fracções destinadas a eliminação, estas incluem os resíduos sólidos urbanos ou equiparados, bem como alguns resíduos perigosos, de que são exemplo, os óleos de porão usados, os materiais absorventes contaminados os resíduos de alcatrão e de fibrocimento, as lamas de ETAR e os resíduos de material eléctrico.

As fracções recicláveis dispostas em ecoponto urbano, tais como, embalagens de plástico e de metal, papel e cartão, vidro, são recolhidas pela empresa intermunicipal (ERSUC) responsável

pela sua gestão nos municípios da região Centro, pelo que os resíduos que são objecto deste tipo de recolha não se encontram quantificados.

		toneladas		
		2006	2007	2008
Tipo de Resíduos	Destino			
Resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e similares, incluindo resíduos industriais banais)	Eliminação - Aterro sanitário ou aterro para RIB	425	306	425
Resíduos Não Perigosos (resíduos de madeira, sucata, plásticos da operação portuária, redes de pesca, tinteiros e toners, óleos e gorduras alimentares, papel, etc.)	Reciclagem	189	181	206
Resíduos Perigosos (lâmpadas, resíduos sólidos contendo hidrocarbonetos - materiais filtrantes, desperdícios, etc., filtros de óleo, óleos de porão)	Eliminação	6	4	5
Resíduos Perigosos (equipamentos eléctrico e electrónico, pilhas e acumuladores, pilhas de chumbo/baterias, óleos lubrificantes usados, solventes)	Reciclagem	4	3	5



5.2.2.7. Risco de derrame

Pela sensibilidade da zona envolvente conforme referido no item 2.3, a APA dá especial atenção às questões associadas aos riscos de derrames de hidrocarbonetos ou produtos químicos, situações contempladas no Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro.

Assim, a APA dispõe de sistemas de contenção e recolha de derrames, bem como exerce uma vigilância contínua sobre os navios que demandam o Porto de modo a garantir a operação em condições adequadas, em particular, dos navios contendo produtos químicos perigosos.

De igual modo, mantém através de sondagens regulares dos fundos, o conhecimento sobre a movimentação de fundos, e assegura através das dragagens regulares de manutenção dos canais e bacias portuárias, as necessárias condições de segurança e operacionalidade do porto.

Durante os anos de 2006 a 2008, não houveram derrames com impacte significativo no meio receptor. As ocorrências registadas reportam-se a pequenos fenómenos de poluição localizada, os quais foram combatidos com prontidão pelo Núcleo de Combate a Derrames (NCD), desta Administração, nomeadamente, dois derrames de hidrocarbonetos, em 2007, ambos de dimensão não significativa.

5.2.2.8. Conformidade

Através do funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental, a APA identifica atempadamente os requisitos legais aplicáveis no intuito de dar cumprimento às diferentes exigências ambientais.

Esta Administração não sofreu qualquer coima ou sanção acessória relativa a incumprimentos da legislação ambiental aplicável.

5.2.2.9. Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental

A APA afecta anualmente uma verba à gestão ambiental da organização, designadamente, para despesas com a gestão de resíduos, qualidade da água para consumo humano, gestão das águas residuais, monitorização do meio ambiente, entre outros, a que acrescem os custos com investimentos de melhoria ambiental e de formação específica nesta matéria. Em 2008, esta Administração despendeu cerca de 118 mil euros em protecção ambiental.

5.3. Indicadores de Desempenho Social

5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

5.3.1.1. Emprego

5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo

Nos anos de 2006 e 2007 o número de efectivos da APA manteve-se inalterado, totalizando 122 colaboradores. O decréscimo do efectivo verificado em 2008, deveu-se ao falecimento de um colaborador e à adesão ao mecanismo de incentivo à cessação da relação jurídica de trabalho por mútuo acordo, aprovado no âmbito de um processo global de incentivo à aposentação voluntária de acordo com os requisitos plasmados na Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, por parte de outro colaborador.

	N.º de trabalhadores		
	2006	2007	2008
N.º de Trabalhadores	122	122	120

Refira-se que a, 31 de Dezembro de 2008, a totalidade do efectivo (100%), encontra-se vinculado ao quadro desta administração.

5.3.1.1.2. Escalões Etários

Em termos de distribuição por escalões etários do efectivo a 31 de Dezembro, é possível constatar algumas alterações relativamente aos anos anteriores, de que resulta uma ligeira diminuição do nível etário médio, que se situava nos 45,31 anos em 2007 e actualmente se situa nos 44,54 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2006		2007		2008	
Total	122	100,00%	122	100,00%	120	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	0
De 25 a 29 anos	2	1,64%	2	1,64%	0	0
De 30 a 34 anos	8	6,56%	7	5,74%	9	7,50%
De 35 a 39 anos	19	15,57%	15	12,30%	15	12,50%
De 40 a 44 anos	31	25,41%	30	24,59%	30	25,00%
De 45 a 49 anos	37	30,33%	37	30,33%	37	30,83%
De 50 a 54 anos	13	10,66%	18	14,75%	16	13,33%
De 55 a 59 anos	9	7,38%	9	7,38%	9	7,50%
De 60 a 61 anos	2	1,64%	2	1,64%	2	1,67%
De 62 a 64 anos	1	0,82%	2	1,64%	2	1,67%

De referir ainda, que à semelhança do ano anterior o escalão etário com um maior número de efectivos continua a ser o que compreende as idades de 45 a 49 anos.

5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração

5.3.1.2.1. Regime laboral

O regime laboral dos colaboradores das Administrações Portuárias encontra-se regulado em diploma próprio, designado por Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro.

O EPAP consagra um regime de trabalho uniforme, abrangendo todos os colaboradores, nomeadamente os que transitaram de anteriores administrações portuárias e juntas autónomas, bem como do ex - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, com excepção do pessoal técnico de pilotagem.

De realçar que, tendo a maioria dos colaboradores da APA mantido o vínculo à Administração Pública (82%), a partir de 1999, as admissões de pessoal são realizadas ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho (18%), sendo este o regime aplicado supletivamente, em tudo o que não se encontrar regulado no EPAP.

O EPAP encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 364/2000, de 23.06, 345/2001, de 06.04, 218/2002, de 12.03, 577/2003, de 16.07, 1182/2004, de 14.09 e 1146/2005, de 08.11.

Ao pessoal técnico de pilotagem (pilotos) oriundo do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), não abrangido pelo EPAP, aplica-se, embora muito residualmente, o Decreto-Lei n.º 361/78, de 27 de Novembro.

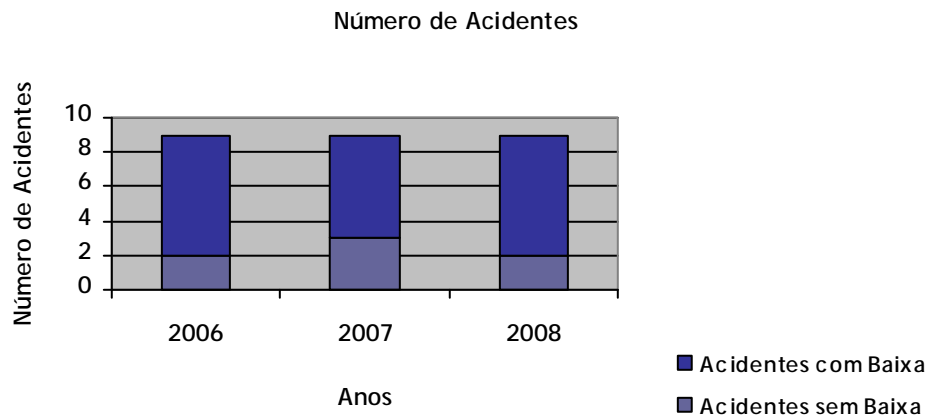
Ao pessoal técnico de pilotagem (pilotos), contratado para o exercício de funções na APA após 22 de Outubro de 1999, é aplicável o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias.

No âmbito das relações laborais com os pilotos, destaca-se, de igual forma, a Portaria n.º 638/99, de 11.08, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 217/2002, de 12.03, 344/2001, de 06.09, 1186/2004, de 15.09 e 1139/2005, de 07.11.

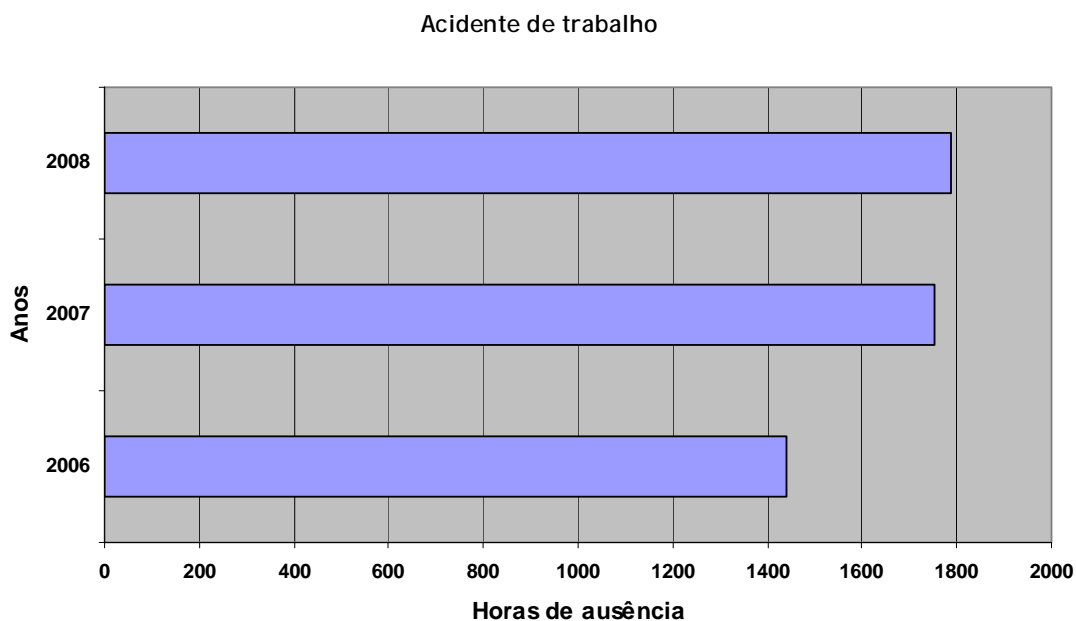
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho

5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho

Constata-se que o número de acidentes de trabalho se manteve constante nos três últimos anos.



No ano de 2007, apesar de se verificar um maior número de acidentes sem baixa, houve um acréscimo de horas de ausência relativamente a 2006, em virtude da longa duração de algumas baixas, conforme se pode constatar pela análise do seguinte quadro:



Apesar do número de acidentes se ter mantido constante entre os anos de 2006 a 2008, assiste-se a um aumento de horas de ausência, por acidentes de trabalho, em 2008 comparativamente com 2006, de cerca de 24%.

A representação da duração das baixas decorrentes de acidentes de trabalho por intervalo de temporal, encontra-se representada no seguinte quadro:

Intervalo Temporal / Anos	2006	2007	2008
1 a 3 dias	1	1	0
4 a 30 dias	4	4	4
Mais de 30 dias	2	1	3
Total	7	6	7

5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo

Da análise ao quadro infra, pode-se observar que a taxa de absentismo tem diminuído ao longo dos três anos em análise, em virtude das horas totais de ausência estarem em constante decréscimo.

Indicadores	2006	2007	2008
1. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	243.141	241.947	242.506
2. Absentismo (horas de ausência)	10.074	9.886	7.304
Taxa de Absentismo (2:1x100)	4,14%	4,09%	3,01%

Os principais motivos de ausência que estão na origem do absentismo registado nos últimos 3 anos, encontram-se representados no quadro abaixo.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2006	2007	2008
Total	10.074	9.886	7.304
Acidente de trabalho	1.440	1.752	1.786
Doença	7.182	6.854	3.641
Assistência inadiável	1.114	133	223
Maternidade / Paternidade	110	76	86
Suspensões Disciplinares	0	699	0
Outras Causas	228	372	1.568

No ano de 2008, a APA no âmbito do desenvolvimento do Plano de Contingência para a Pandemia da Gripe, elaborado em 2007, implementou medidas importantes, de entre as quais se destacam a implementação do Plano de Higienização do Refeitório, bem como a divulgação de informação relativa à prevenção e os procedimentos correctos a seguir para a fase de prevenção da doença.

Na Segurança e Saúde no trabalho foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2006, aquando da eleição dos representantes dos trabalhadores.

Desta forma efectuaram-se reuniões entre o grupo de trabalho para a SHT e a gestão de topo, de forma a dar apoio ao trabalho desenvolvido e ir ao encontro das soluções para a melhoria contínua do sistema de gestão de Segurança e Higiene no Trabalho.

5.3.3.3. Formação e Educação

A APA aposta na progressiva melhoria do desempenho profissional e pessoal de cada colaborador, através da implementação de Planos de Formação focalizados no alcance de objectivos estratégicos empresariais.

O quadro infra representa a evolução do índice de formação, calculado em função da carga horária sobre o total de colaboradores por categoria. Como se pode constatar, o índice de formação cresceu exponencialmente desde 2006 até 2008.

	N.º de Trabalhadores								
	2006			2007			2008		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
TOTAL	2.674	122	21,92	3.320	122	27,21	5.856	120	48,80
Dirigentes	222	3	74	219	3	73	277	3	92,33
Quadros superiores	1.072	30	35,73	1.470	30	49	2.207	30	73,57
Quadros médios	157	4	39,25	35	4	8,75	198	4	49,50
Quadros intermédios	145	8	18,13	43	8	5,38	571	8	71,38
Profissionais altamente qualificados e	857	52	16,48	1.345	52	25,87	2.118	53	39,96
Profissionais semi-qualificados	183	12	15,25	208	12	17,33	435	9	48,33
Profissionais não qualificados	38	13	2,92	0	13	0	50	13	3,85

1 - Carga Horária total de formação

2 - Total de empregados por categoria

3 - Índice de formação (Carga Horária / Total de empregados por categorias)

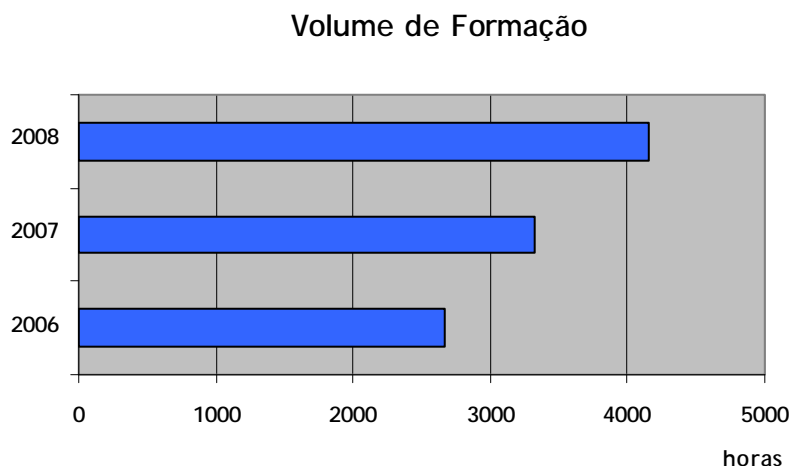
No decurso do ano de 2008 verificou-se um grande incremento da participação de colaboradores no processo formativo, através da iniciativa de realização de acções de formação transversais a toda a empresa, como é exemplo a formação sobre “Segurança Contra Incêndios: Meios de Primeira Intervenção”, tendo sido, de igual forma, abrangidos grupos profissionais habitualmente não participativos, através de formações com um elevado cariz prático, como é exemplo a acção de formação intitulada “Plano de Higieneização do Refeitório e Bares / Processo de Higieneização”.

Privilegiou-se, de igual forma, a realização de acções de formação internas, num total de 7 sessões, destinadas a permitir a agilização da utilização de aplicações informáticas internas, bem como a actualização de conceitos legais e procedimentos associados às novas regras da Contratação Pública.

A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma:

Indicadores	2006	2007	2008
Número total de horas de acção de formação	489	948	1.486
Número de acções	43	66	62
Número de formandos	177	155	315

Em termos gráficos, a evolução do volume de formação do efectivo da APA desde 2006 até 2008, foi a seguinte:



De realçar a clara aposta do Conselho de Administração na formação superior pós-licenciatura, com a criação de incentivos à realização de cursos avançados/mestrado/doutoramento que comprovadamente acrescentem benefício ao desempenho do colaborador e à empresa, tendo apoiado em 2008 a inscrição 4 colaboradores no curso avançado de pós-graduação em “Logística e Gestão Portuária”, com a duração total de 480 horas.

Destaca-se de igual forma, a conclusão da formação dos operadores de VTS e dos técnicos de manutenção do VTS, a formação em Inglês e ainda, a clara aposta na representatividade da APA em formações relacionadas com o Sector Marítimo-Portuário.

5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades

5.3.2.1. Por categoria funcional

No que se refere à repartição dos efectivos por categoria funcional, verifica-se que entre 2006 e 2007 não houve qualquer alteração do seu número. No entanto em 2008 o número de efectivos

diminuiu de 122 para 120. Os dois funcionários que deixaram de fazer parte do quadro de efectivos da APA eram profissionais semi-qualificados do sexo masculino.

Em 2008 constata-se que a categoria com maior número de efectivos continua a ser a dos profissionais altamente qualificados e qualificados, seguida da categoria de técnico superior.

	N.º de Trabalhadores					
	2006		2007		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	85	37	85	37	83	37
Dirigentes	3	0	3	0	3	0
Quadros Superiores	20	10	20	10	20	10
Quadros médios	2	2	2	2	2	2
Quadros intermédios	6	2	6	2	6	2
Profissionais Altamente qualificados e qualificados	39	13	39	13	40	13
Profissionais semi-qualificados	12	0	12	0	9	0
Profissionais não qualificados	3	10	3	10	3	10

5.3.2.2. Por faixa etária

Como se pode verificar no quadro infra, a maioria dos efectivos encontra-se no intervalo de idades entre os 30 e 50 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2006		2007		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	85	37	85	37	83	37
Abaixo de 30 anos	0	2	0	2	0	0
Entre 30 a 50 anos	70	26	65	24	59	23
Acima de 50 anos	15	9	20	11	24	14

5.3.2.3. Rácio do salário entre homens e mulheres

Como se depreende da análise do quadro infra, o rácio do salário base entre homens e mulheres por categoria de funções difere. Realça-se, no entanto, que a divergência resulta do facto do número de efectivos do sexo feminino ser inferior ao do sexo masculino e ainda por estes últimos possuírem uma taxa de antiguidade mais elevada, que se reflecte concomitantemente num nível salarial superior.

	N.º de Trabalhadores					
	2006		2007		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Dirigentes	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Quadros Superiores	68%	32%	68%	32%	68%	32%
Quadros médios	52%	48%	52%	48%	52%	48%
Quadros intermédios	86%	14%	86%	14%	86%	14%
Profissionais Altamente qualificados e qualificados	75%	25%	75%	25%	75%	25%
Profissionais semi-qualificados	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Profissionais não qualificados	30%	70%	30%	70%	30%	70%

5.3.3. Direitos Humanos

5.3.3.1. Não - Discriminação

A 19 de Novembro de 2008, o Conselho de Administração da APA aprovou o Código de Ética desta Administração Portuária, com a finalidade de tornar públicos os valores por que se rege e de entre os quais se destacam a não discriminação e a igualdade de oportunidades.

Com efeito, a APA compromete-se, pública e expressamente, a promover o respeito pela igualdade de oportunidades para todos os seus actuais e futuros colaboradores. Princípios como a igualdade entre géneros, raças, religião, deficiência física, orientação sexual, política, são inteiramente defendidos pela organização.

5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva

A APA não discrimina ou exclui os seus colaboradores em função destes pertencerem a qualquer movimento associativo. Com efeito, 77% dos colaboradores da APA é sindicalizada, encontrando-se representados nesta Administração Portuária, os seguintes sindicatos:

- SNTAJP: Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias;
- SOEMMM: Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante;
- SITEMAQ: Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
- OFICIAISMAR: Sindicato dos Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercantes;
- STE: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

5.3.3.2. Trabalho Infantil

Nos procedimentos de recrutamento e selecção da empresa encontra-se expressamente excluída a possibilidade de recurso ao trabalho infantil.

Mais do que uma imposição legal que resulta da alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 421/99 de 21 de Outubro (não é admitido o recrutamento a trabalhadores com idade inferior a 18 anos) a APA compromete-se não só a nunca empregar mão-de-obra infantil ou forçada, como não pactuará com tais práticas por parte de terceiros que lhe forneçam produtos ou prestem qualquer tipo de serviços (ponto 4.1.2 do seu Código de Ética).

5.4. Segurança

5.4.1. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code

Por forma a aplicar medidas comunitárias destinadas a reforçar a protecção dos navios utilizados no tráfego internacional e nacional e das instalações portuárias conexas, face às ameaças e acções ilícitas intencionais, foi publicado o Decreto-Lei 226/2006, de 15 de Novembro que definiu a estrutura básica de organização interna de segurança dos portos.

A Comissão Consultiva de Protecção de Porto de Aveiro (CCPP), criada no ano de 2007, reuniu-se regularmente dando o seu contributo na elaboração do Plano de Avaliação de Protecção do Porto de Aveiro, no âmbito do Código ISPS.

Durante o ano de 2008, foi ainda realizado o exercício anual, no âmbito do ISPS, a qual abrange os Terminais Norte e Ro-Ro, Terminal de Granéis Líquidos, Terminal Especializado de Descarga de Pescado e Terminal de Granéis Sólidos.

5.4.2. Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro

No ano de 2008, foi concluído na Escola Náutica Infante D. Henrique e pela primeira vez em Portugal o primeiro curso estruturado, segundo o modelo IALA - *International Association of Lighthouse Authorities* (Associação Internacional de Sinalização Marítima), direccionado para os operadores do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro.

A APA, permitiu através de formação especializada a reconversão de pessoal técnico interno, possibilitando aos seus colaboradores o desenvolvimento do seu trabalho em novas áreas tecnológicas altamente especializadas.

Mo mês de Julho de 2008, foi inaugurado o Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, tendo sido de seguida iniciada a fase experimental, que se prolongou até ao final do ano. De salientar, que o sistema VTS veio permitir:

- Aumentar a segurança marítima;
- Melhorar as condições de actuação em caso de acidentes ou incidentes marítimos;
- Melhorar a comunicação com os navios que escalam o porto, bem como todas as outras embarcações nomeadamente as embarcações de pesca costeira, para as

quais foi estabelecido um contacto regular nas suas movimentações de entradas e saídas do porto.

- Proteger e melhorar o ambiente nas águas sob jurisdição do Porto de Aveiro.

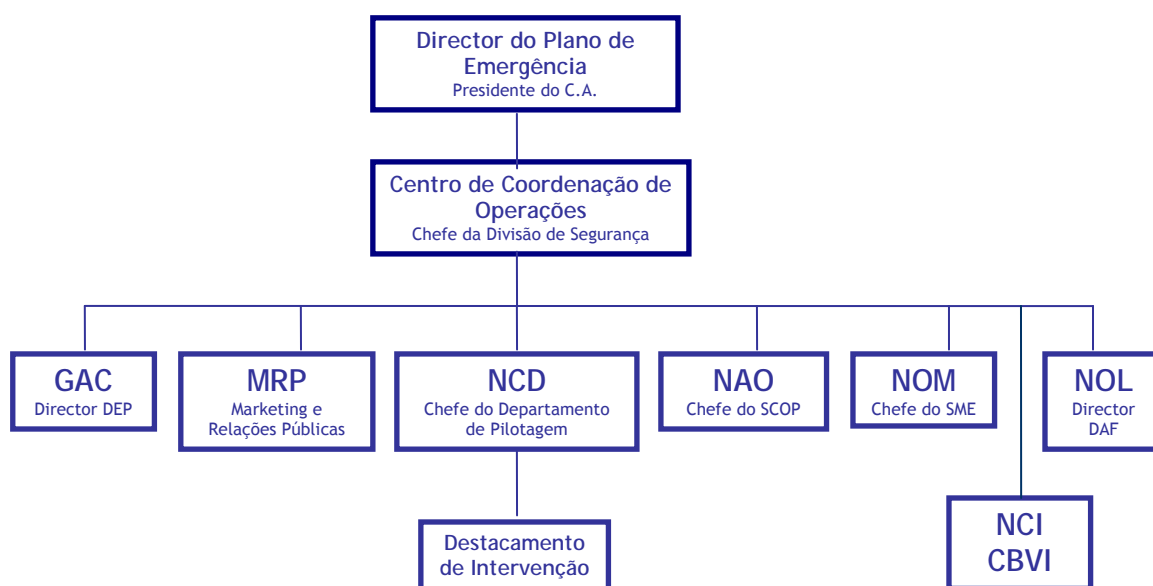
5.4.3. Plano de Emergência

O Plano de Emergência Interno é um instrumento fundamental para a gestão de situações de emergência que ocorram na área de jurisdição da APA. As situações contempladas no referido plano, podem ter origem/causa:

- Interna - Movimentação manuseamento de materiais, armazenagem e navegação ou
- Externa - resultantes de empresas fixadas no exterior ou provocadas por fenómenos naturais (sismos, inundações, entre outros).

Este Plano visa a prevenção e resposta à emergência no intuito de minimizar os riscos de incêndio/explosão e de derrames de hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas.

Assim, contém os procedimentos de actuação em caso de acidente, bem como a definição da estrutura orgânica de combate à emergência, nomeadamente núcleos operacionais e respectivas funções e responsabilidades. Dos núcleos operacionais, destaca-se o núcleo de combate a incêndios que assenta fundamentalmente nas corporações dos Bombeiros Novos e Velhos de Aveiro e Bombeiros de Ílhavo, com os quais a APA tem celebrado um protocolo.



GAC: Grupo de Assessoria e Consultoria
MRP: Marketing e Relações Públicas
NCD: Núcleo de Combate a Derrames
NAO: Núcleo de Apoio Operacional
NOM: Núcleo de Operações de Manutenção
NOL: Núcleo de Operações de Logística
DEP: Direcção de Exploração Portuária
DAF: Direcção Administrativa e Financeira
SCOP: Serviço de Coordenação de Operações Portuárias
SME: Serviço de Manutenção de Equipamentos
NCI: Núcleo de combate a Incêndios
CBVI: Comandante dos Bombeiros Voluntário de Ílhavo

Refira-se ainda que o PEI (Plano de Emergência Interno) em vigor encontra-se coordenado com os PEI elaborados pelas empresas sediadas no porto de Aveiro e é tutelado pelo Plano de Emergência externo da Protecção Civil.

6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
1. Estratégia e Análise			
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	2;9	
1.2	Descrição dos principais impactes, riscos e oportunidades	4	
2. Perfil Organizacional			
2.1	Denominação da organização relatora	8	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	9;10	
2.3	Estrutura Operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	11	
2.4	Localização da sede social da organização	16	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	12	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	8	
2.7	Mercados abrangidos	12	
2.8	Dimensão da organização relatora	16	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista		NA
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório		NA
3. Parâmetros para o Relatório			
Perfil do relatório			
3.1	Período abrangido	19	
3.2	Data do último relatório publicado	2	
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	19	
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	19	

Âmbito e limites de enquadramento do relatório

3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	2;18;29	
3.6	Limite do relatório	2;18;29	
3.7	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	2;18;29	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint venture</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações		NA
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	-----	
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações		NA
3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados		NA

GRI CONTENT INDEX

3.12	Sumário do conteúdo da GRI	54	
------	----------------------------	----	--

Verificação

3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório		NA
------	--	--	----

4. Governação, Compromissos e Envolvimento

Governação

4.1	Estrutura de governação da organização	21;22	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também exerça funções de director executivo		NA
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do conselho do mais alto órgão de governação		NA
4.4.	Mecanismos que permitem a accionistas e funcionários transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	21;22	
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos e o desempenho da organização		ND
4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse		ND

4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	ND
4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	4;5 e 6
4.9	Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	44
4.10	Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	ND

Compromissos com Iniciativas Externas

4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	ND
4.12	Cartas, Princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	ND
4.13	Participação significativa em associações e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais	ND
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	22-27
4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	24-25
4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	ND
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	ND

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho Económico

EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	29-31
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas	ND
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	NA
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	32-33

Presença no Mercado

EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	ND
-----	---	----

Relatório de Sustentabilidade de 2008

EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	ND
-----	--	----

Impactes Económicos Indirectos

EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	ND
EC9	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão	ND

Indicadores de Desempenho Ambiental

Materiais

EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	ND
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	ND

Energia

EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária	34-35
EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária de energia	34-35
EN5	Total de poupança de energia devido a melhoria na conservação e na eficiência	ND
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	ND
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	ND

Água

EN8	Consumo total de água, por fonte	36
EN9	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água	ND
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada	ND

Biodiversidade

EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	37
EN12	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	ND
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	ND
EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade	ND
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	ND

Emissões, efluentes e resíduos

EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso	39
EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas	ND
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	ND
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso	ND
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	35
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	42
EN23	Número e volume total de derrames significativos	42
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da convenção de Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional	ND
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de uma forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial	ND

Produtos e Serviços

EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	ND
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria	ND

Conformidade

EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	43
------	--	----

Transporte

EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários	ND
------	---	----

Geral

EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo	43
------	---	----

Indicadores de Desempenho Social

Emprego

LA1	Discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região	44
-----	--	----

Relatório de Sustentabilidade de 2008

LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	44
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	ND

Relações entre funcionários e administração

LA4	Contratação colectiva	44
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva	NA

Segurança e Saúde no Trabalho

LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	ND
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	47
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	47
LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND

Formação e Educação

LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	48
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	ND
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira	ND

Diversidade e igualdade de oportunidades

LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	21;49;50
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	50

Desempenho referentes aos Direitos Humanos

Práticas de Investimentos e de aquisição

HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos	ND
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas	ND

HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	ND
Não discriminação		
HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas	51
Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva		
HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	51
Trabalho infantil		
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	51
Trabalho Forçado e Escravo		
HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NA
Práticas de Segurança		
HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações	ND
Direitos dos Povos Indígenas		
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos povos indígenas e acções tomadas	NA
Desempenho social referente à Sociedade		
Comunidade		
S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada	ND
Corrupção		
S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	ND
S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	ND
S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	ND
Políticas Públicas		
S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	ND
S06	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	ND
Concorrencial Desleal		
S07	Número total de acções judiciais por concorrência desleal antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	ND
Conformidade		
S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	ND
Desempenho referentes à responsabilidade do produto		

Relatório de Sustentabilidade de 2008

Saúde e Segurança do Cliente

PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	ND
PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND

Rotulagem de produtos e serviços

PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	ND
PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários, relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	ND
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	ND

Comunicações e Marketing

PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio	ND
PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	ND

Privacidade do cliente

PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	ND
-----	--	----


Conformidade

PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	ND
-----	---	----

NA - Indicador não aplicável à organização

ND - Indicador cuja informação não se encontrava disponível para a elaboração deste relatório

Nível de Aplicação do GR

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração		----	----	----	----	----
Verificado por entidade externa	----	----	----	----	----	----
Verificado pelo GRI	----	----	----	----	----	----

7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores

7.1. Glossário

Arqueação Bruta (GT) - Medida do volume total de uma embarcação.

Ausências - referem-se a qualquer tipo de não comparência a um período normal de trabalho a que o colaborador está vinculado.

Biodiversidade - conceito que abrange a variedade das espécies biológicas, a diversidade genética numa dada espécie e a diversidade dos ecossistemas.

Carga fraccionada - carga apresentada em avulso, acondicionada em embalagens (ou não).

Carga geral - carga acondicionada em unidades avulsas (exemplo: caixotes) podendo ser posteriormente contentorizada.

Carga Ro-Ro - carga que se encontra acondicionada em reboque ou semi-reboque que entra ou sai do navio que a transporta por mar.

Diuturnidades - são uma forma de remunerar o tempo de serviço numa dada categoria, no pressuposto que essa permanência constitui uma mais valia de experiência e de produtividade, que deve ser compensada.

Fracções recicláveis - grupos de resíduos recolhidos separadamente e passíveis de serem reaproveitados, mediante transformação, permitindo a sua utilização para o fabrico de novos materiais.

Granéis - carga que, possuindo características uniformes, não é susceptível de contagem unitária e não se apresenta embalada.

Hinterland - zona de influência em toda a área industrial e comercial interior ligada ao porto e por ele servida.

Não-Conformidade - Não cumprimento de um requisito legal.

Reputação duvidosa - assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e com a Segurança Social por parte dos fornecedores a quem são adjudicados fornecimentos de bens e serviços.

Terminal - instalações especializadas para a movimentação de cargas, passageiros, contentores, etc.

Partes interessadas - entidades, individuais ou colectivas, que de alguma forma afectam ou são afectadas pelo desempenho da organização.

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Z.H. - Zero Hidrográfico - Plano de referência situado a 2 metros abaixo do nível médio do mar.

7.2. Critérios de cálculo

7.2.1. Indicadores Económicos

Autonomia Financeira - rácio que possibilita verificar a percentagem do activo que se encontra a ser financiado pelos capitais próprios, resulta do quociente entre os capitais próprios e o activo total líquido.

Resultado Extraordinário - resulta da diferença entre os proveitos e custos de natureza extraordinária.

Resultado Financeiro - resulta da diferença entre os proveitos e custos de natureza financeira (juros suportados e obtidos, descontos de pronto pagamento obtidos e concedidos, entre outros).

Resultado Líquido - resulta da soma do Resultado Operacional, Financeiro e Extraordinário, deduzido do Imposto sobre o Rendimento, fazendo a ligação entre o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Resultado Operacional - Resultado gerado pela actividade principal da empresa, sendo obtido pela diferença entre as prestações de serviços e os custos operacionais (custos com o pessoal, amortizações, fornecimentos e serviços externos, entre outros)

7.2.2. Indicadores Ambientais

Consumo de energia - foram somados os consumos directos - combustível (gasóleo e gasolina) da APA e calculados os consumos indirectos, através da medição da energia fornecida pela EDP, ainda que parte desta tenha sido distribuída aos diferentes utilizadores da área portuária e, portanto, não directamente consumida pela organização.

Total de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) - a partir dos consumos de energia obtidos foram calculadas as emissões equivalentes de CO₂, tendo por base as orientações para a monitorização e a comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa”, publicadas na Decisão da Comissão Decisão da Comissão 2007/589/CE, de 18 de Julho, e

a partir dos factores nacionais de emissão para a electricidade gerada, dependentes da contribuição dos diferentes tipos de energia para o total da energia fornecida em cada ano.

Consumo de água - índice calculado com base nas medições totais dos contadores dos diferentes furos de captação de água para consumo humano. Os consumos de terceiros foram obtidos através das leituras dos respectivos contadores e o consumo da APA foi estimado pela diferença entre o volume total e os consumos de terceiros. Não foram considerados os consumos de água para emergência, provenientes de furos de captação com água salobra e sem utilização regular.

Resíduos - as quantidades de resíduos produzidos, foram calculadas com base nas quantidades removidas no ano. Os resíduos foram divididos em resíduos perigosos e não perigosos, conforma a classificação constante da Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março. Dentro destas categorias, os resíduos foram ainda separados em função do destino final - eliminação ou reciclagem.

Risco de derrame - este indicador é definido em função do grau de significância dos derrames ocorridos e dos efeitos no meio receptor adjacente. De modo a classificar os derrames que ocorreram, recorreu-se às definições constantes da Resolução do Conselho de Ministros 25/93, de 15 de Abril, designadamente, dos graus de prontidão e das entidades responsáveis pela actuação em função do grau definido. Os derrames de 2005 e 2007 foram classificados como 4.º grau de prontidão, pequenos derrames de âmbito muito localizado, de impactes reduzidos e combatidos com os meios locais.

7.2.3. Indicadores Sociais

Taxa de Absentismo - corresponde a todas as ausências (excepto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de formação - quantifica a carga horária de formação, pelo total de trabalhadores por categoria.

Taxa de Absentismo - Corresponde a todas as ausências (excepto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de Formação - Quantifica a carga de formação, pelo total de trabalhadores por categoria.

Evolução do Efectivo - Evolução do número do efectivo ao longo dos últimos três anos.

Efectivo por categoria funcional - Corresponde à repartição dos efectivos por categoria funcional.

Acidentes de Trabalho com baixa - Corresponde à soma dos acidentes de trabalho que implicaram baixa médica. Estão contemplados três intervalos de baixa médica, de 1 a 3 dias, de 4 a 30 dias e mais de 30 dias.

Acidentes de trabalho sem baixa - Resulta da soma dos acidentes de trabalho que não implicaram baixa médica, ou incapacidade.

Efectivo por faixa etária - evolução do número de efectivos por faixa etária durante os três últimos anos. São consideradas três faixas etárias, inferior aos 30 anos, entre os 30 e 50 e superiores aos 50 anos de idade.

Motivos de ausência - identificação da quantidade de ausências por motivos que estão na origem do absentismo, comparando-os com os últimos três anos em análise. São contemplados alguns motivos, como acidentes de trabalho, doença, doenças profissionais, suspensões disciplinares, assistência inadiável, maternidade / paternidade e outras causas.